

Organizar as ações de uma política pública na direção do atendimento dos interesses da coletividade já é uma tarefa difícil. Reorganizar, então, se torna ainda mais complexo, pois se trata de conferir uma racionalidade diferente a padrões já conhecidos e, por vezes, intensamente disseminados na dinâmica social.

A presente publicação contribui para desmistificar as noções fenomênicas e funcionais atribuídas ao reordenamento dos serviços da política de assistência social do Brasil pós-SUAS, pois de modo inédito traduz os conceitos fundantes do sistema e os alia à pedagogia freiriana, induzindo, com isso, a prática educativa como eixo central para a viabilização dos direitos socioassistenciais.

Leitura obrigatória para gestores, trabalhadores e usuários da assistência social e para todos que queiram ter acesso aos aprendizados de uma experiência exitosa de gestão social e de produção de conhecimento.

Renato Francisco dos Santos Paula

# **Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca:**

## **Reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano**

# Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca:

---

## Reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano

*Gislaine Alves Liporoni Peres, Dalva Deodato Taveira,  
Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Ana Paula Pinto  
Marafiga Ribeiro e Francisca Pini (organizadoras)*

Franca (SP), 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano / Gislaine Alves Liporoni Peres...[et al.], (Orgs.). – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2015.

Outros autores: Dalva Deodato Taveira, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Francisca Pini  
Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN - 978-85-60867-20-2

1. Assistência social - Franca (SP) – Aspectos políticos 2. Política social - Franca (SP) 3. Serviço social - Franca (SP) I. Peres, Gislaine Alves Liporoni. II. Taveira, Dalva Deodato. III. Lellis, Jane Izabel Miranda Biagiotti. IV. Ribeiro, Ana Paula Pinto Marafiga. V. Pini, Francisca.

15-10243

CDD-361.3098161

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Franca : São Paulo : Assistência social :  
Serviço social 361.3098161

**Instituto Paulo Freire**  
Rua Cerro Corá, 550, 1º andar, sala 10  
São Paulo – SP – Brasil  
(11) 3021-5536  
www.paulofreire.org  
ipf@paulofreire.org

# Expediente

## **PREFEITO MUNICIPAL**

Alexandre Augusto Ferreira

## **SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DE FRANCA**

Gislaine Alves Liporoni Peres – secretária de Ação Social

Dalva Deodato Taveira – coordenadora administrativa da Secretaria de Ação Social

Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis – diretora da Divisão de Proteção Social Básica

Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro – diretora da Divisão de Proteção Social Especial

Rosalina Aparecida Bacagini Couto – função gratificada de gerenciamento do CRAS Norte

Irene da Conceição Silva – função gratificada de gerenciamento do CRAS Leste

Priscila Aparecida de Castro Miras – função gratificada de gerenciamento do CRAS Sul

Alba Valéria de Oliveira Ruiz – função gratificada de gerenciamento do CRAS Oeste

Lisandra Aguiar Amorim Ferreira – função gratificada de gerenciamento do CRAS Centro

Roberta Pucci de Melo – função gratificada de gerenciamento do CREAS Centro.

Iara Flavia Afonso Guimarães – função gratificada de gerenciamento do CREAS Moema

Maria Inês Alves Moura Coimbra – função gratificada de gerenciamento do Centro Pop

Carmem Silva Mendes – monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais

Marcio Henrique Silva Nalini – monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais

Maria Aparecida Moraes Oliveira – monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais

## **INSTITUTO PAULO FREIRE**

Paulo Freire – patrono

Moacir Gadotti – presidente de honra

Alexandre Munck – diretor administrativo-financeiro

Ângela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha – diretores pedagógicos

Mariana Bezerra – assistente da direção pedagógica

Francisca Pini – coordenadora do projeto

Célio Vanderlei Moraes, Francisca Pini e Natália Caetano – educadoras(es)

## **EDITORA INSTITUTO PAULO FREIRE**

Janaina Abreu – coordenação gráfico-editorial

Julio Talhari – preparação e revisão

Aline Inforsato e Izabela Roveri – projeto gráfico, diagramação e arte-final

Natália Caetano e Célio Vanderlei Moraes – edição de conteúdo

Francisca Pini, Janaina Abreu e Ana Livia Adriano – revisão de

conteúdo

Gislaine Alves Liporoni Peres, Dalva Deodato Taveira, Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro e Francisca Pini – organizadoras.

## **COLABORADORES DA SEDAS, CRAS, CREAS, CENTRO POP, FAMÍLIA ACOLHEDORA E MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**

Alba Valéria de Oliveira Ruiz

Amanda Daniele Silva

Ana Fátima Aparecida Faleiros R. Ribeiro

Ana Lúcia Melo de O. Lima

Ana Paula Moreira Costa Andrade

Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro

Carmem Célia Cintra

Carmen Silvia Mendes

Cristina Ribeiro de Melo Carvalho

Dalva Deodato Taveira

Doroti Dayse Mantovani

Elaine Cristina Estevam

Eliete Maria Neves

Fernanda Vieira Costa

Flávia Rigo Soares

Gabriela Cristina Carneiro Vilione

Glaucia Resende de Araujo

Iara Flávia Afonso Guimarães

Irene da Conceição Silva

Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis

Karina Marques da Silva

Katicilene Barsanulfa Tavares de Oliveira

Kelly Regina da Silva

Lara Sue Wright Silva

Leila Machado Coelho

Linicris Maria Duarte Ferreira

Lisandra A. Amorim Ferreira

Luciana Palermo Coelho

Luciana da Silva Pedroso

Lucinéia Silva Sartori Coelho

Luzia Batista da Silva

Luzia Regina Alves

Marcia Borges Garcia

Márcio H. S. Nalini

Margarethe Giovannetti Palacio

Maria Aparecida Moraes Oliveira

Maria Carolina de Pádua Pinto Naques Faleiros

Maria do Carmo da Costa do Rio

Maria Inês Alves Moura Coimbra

Marisa Faleiros do Nascimento

Marister Judith da S. Barbosa Bichuette

Paula Puglia Coutinho Batista

Priscila Aparecida de Castro Miras

Regina Lydia Rocha Andrade da Silva

Rejiane Garcia  
Roberta Meneghetti Vaz da Costa Freitas  
Roberta Pucci de Melo  
Rosalina Aparecida Bacagini Couto  
Rosangela Pires dos Santos Verdelho  
Rosenete Gonçalves Rosa  
Rosicler Lemos da Silva  
Sandra Lúcia Borba de Almeida  
Simone Martins Ramos  
Sulia das Neves do Nascimento

**COLABORADORES DO SCFV PARA CRIANÇAS,  
ADOLESCENTES E IDOSOS**

Adriano Diogenes Isaias de Andrade  
Adrielly Bevilaqua Stefani  
Alba Valéria de Oliveira Ruiz  
Alexandre Ramos Teófilo de Carvalho  
Amanda Mendes Pessoni  
Ana Beatriz Caprioli  
Carmen Silvia Mendes  
Cláudia Cintra Carrijo Marques  
Cláudia Regina da Silva Siqueira  
Cristiane Maria Zambelli  
Cristina Ribeiro de Melo Carvalho  
Débora Natália de Souza  
Denise Freitas de Matos Neves  
Elaine Pires Pereira Duarte  
Eleonora Rodrigues Berdu Bortoleto  
Euripa Célia Solino  
Evellyn Rodrigues de Faria Lopes  
Fátima Aparecida David Guerra  
Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão  
Flávia Rodrigues Gomes  
Gabrielly Joazeiro  
Geraldine Garcia Fuga Menezes  
Gisele Cinquini Garcia

Irene da Conceição Silva  
Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis  
Jeovana Cristina de Oliveira Sousa  
Kamilla de Souza Torralbo  
Kátia Maria Bernardes Fadul  
Lara Sue Wright Silva  
Laura Cristina Gomes Lima  
Letícia Gomes  
Lia Lacerda Garcia e Garcia de Souza  
Lidiane Derminio Silveira Campos  
Lígia Moreira de Andrade  
Lígia Orsini Andrade  
Lilian Velasco Spirlandelli Silva  
Lisandra A. A. Ferreira  
Lucia Cristina de Freitas Martins  
Maika Aparecida de Andrade Oliveira  
Maira C. Barcelos Figueiredo  
Maria Cristina Gualbino Silveira  
Maria de Lourdes da Costa Ferreira  
Maria Paulina da Silva  
Marina Ferreira Rocha  
Miquéias Felipe de Faria  
Priscila Aparecida Castro Miras  
Regina Barbosa de Oliveira  
Rejiane Garcia  
Richeli Santos Alves  
Ronise Lourdes Vaz  
Rosalina Aparecida Bacagini Couto  
Rosimeire Maria Moura da Costa  
Rosimeiry Aparecida Bonacini  
Róss Marques Bezerra  
Saádia Izolina Lourenço  
Silvia Cristina de Souza Machado  
Stela Malaquias Justiniano  
Susamara Pereira Nunes  
Vanessa Borges de Paula  
Wânia Regina Pereira Gonzaga

# Sumário

Prefácio	7
Apresentação	9
Capítulo 1 – Fundamentos teórico-metodológicos da política de assistência social de Franca	13
1.1 O SUAS e sua implantação no município de Franca	15
1.2 Gestão Territorial da PSB e da PSE	19
1.3. Participação dos sujeitos na construção e no controle social da política de assistência social	25
1.4 A interdisciplinaridade na política de assistência social	29
1.5 A relação intersetorial na política de assistência social	31
Capítulo 2 – Processo metodológico para a construção do reordenamento institucional em Franca	33
2.1 Reordenamento institucional da política de assistência social	35
2.2 PSB e PSE e suas inter-relações	40
2.3 Atribuições e funcionamento dos CRAS, CREAS, Centro Pop em Franca	49
2.4 Referenciamento e contrarreferenciamento	50
Capítulo 3 – Instrumentalidade da política de assistência social	55
3.1 Concepção de instrumentalidade	57
3.2 Concepção de família na PNAS	59
3.3 O trabalho com família no PAIF e PAEFI	60
3.4 O percurso no SCFV para Crianças e Adolescentes	61
3.5 O percurso no SCFV para Idosos	65
3.6 Sistematização e avaliação processual e dialógica	70
Referências	73
Anexos	79

## O professor que aprendia ao ensinar

*Franzino filho de Recife – Pernambuco  
desde menino lendo o mundo,  
filho mais que ilustre deste Brasil,  
que lutando por este obrigado a deixá-lo se viu.*

*Debaixo da mangueira primeiros trechos de sua história,  
em Angicos experiência que mudaria sua trajetória.  
Em seu horizonte uma Educação Libertária,  
primeiro o mundo, depois a palavra.*

*Trezentos, primeiros números expressivos  
pela humanização já não cativos.  
Círculos de Cultura, expressão ao trabalhador,  
processo de consciência crítica desencadeador.*

*Um Plano Nacional se seguiria,  
mas a Ditadura, extremo golpe, o interrompia.  
Preso e exilado deixou suas contribuições:  
Bolívia, Chile, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e outras nações.*

*Mas no peito um coração brasileiro  
que por ressonâncias conseguiu respeito.  
No México, no Quênia e nos Estados Unidos  
Seu método também foi reconhecido.*

*E Ele volta, volta ainda mais maduro,  
volta com a experiência do passado e disseminando futuro.  
Lecionou em grandes universidades,  
mas o método continuou na essência da simplicidade.*

*Seu legado está vivo e presente  
dialogando com todas as áreas que almejam fazer diferente.  
Um mestre na arte de aprender  
Um aprendiz na arte de ensinar e o mundo ler.*

**Priscila Aparecida de Castro Miras**

Assistente social e coordenadora do CRAS/Sul/Franca

24 de setembro de 2015

# Prefácio

Quando se vive em uma democracia recente como a brasileira, cuja história eiva-se de períodos autocráticos, a audição ou a leitura da palavra “reordenamento” causa, em geral, receio aos cidadãos mais progressistas da sociedade. Ordenar significa pôr em ordem, organizar algo com finalidade utilitária. "Reordenar", então, seria ainda mais estranho, pois se trata da reincidência de um ordenamento anterior não exitoso ou divergente da vontade dominante em curso.

No caso específico do *reordenamento* da política pública de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, significados e significantes adquirem nexos opostos à primeira acepção. Trata-se, agora, não mais do funcionalismo engessado que o termo largo sugere, mas sim do cumprimento de mais uma etapa da construção de um *ethos* público, republicano, federativo e universalista que se ambiciona para a assistência social com base nas diretrizes democratizantes e democratizadoras consignadas na Constituição Federal Brasileira de 1988.

É nessa direção que o presente trabalho se insere. Realizado pela Secretaria de Ação Social de Franca (SEDAS), em parceria com o Instituto Paulo Freire (IPF), é resultado de uma reflexão parcial (pois haverá outras) e tem por título *Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano*. Esta publicação é prova cabal de que gestão social e prestação de serviço são capazes de produzir conhecimento racional para atender aos interesses da coletividade quando superaram a prática instintiva e voluntarista.

A publicação que tenho a honra de prefaciar se une ao rol das produções mais significativas dentre aquelas que tratam do processo de reordenamento das atenções ofertadas pela política de assistência social, que consiste basicamente em: equalizar a oferta dos serviços; unificar a lógica do cofinanciamento; otimizar recursos humanos, materiais e financeiros; e, sobretudo, flexibilizar os modos de planejamento das entregas em conformidade às demandas locais. E está nesse último item um dos maiores diferenciais do trabalho da SAC/IPF: o caráter relacional dos serviços, muitas vezes pouco identificado pelos gestores, ganha densidade quando passa a ser visto como prática educativa. A inovação que encontramos aqui

está na aliança entre o repertório ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico acumulado pela assistência social do Brasil pós-SUAS com a Leitura do Mundo e os princípios norteadores da pedagogia freiriana. Com tal articulação, foi possível aos realizadores deste projeto esmiuçar criticamente as noções fundantes do SUAS, tais como *território, família, intersectorialidade, participação, controle social*, dentre outras, reconhecendo na dinâmica capitalista a matriz das vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais. Com isso, os organizadores deste livro fogem da armadilha tão comum na academia e na prática política cotidiana que nos leva, por vezes, considerar simples nominatas ou simples conceitos como categorias sociológicas de alto poder ideologizante. Neste livro, ao contrário, cada “coisa” encontra o seu lugar no contexto da produção histórica da vida dos sujeitos com a mediação da política pública.

Este trabalho já é, sem sombra de dúvida, uma referência para a demanda administrativa do reordenamento dos serviços da assistência social. Ademais, é material de consulta obrigatória a quem deseja inteirar-se sobre os rumos inovadores da assistência social do Brasil pós-SUAS.

Brasília, 30 de novembro de 2015.

Renato Francisco dos Santos Paula  
Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e  
professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG)

# Apresentação

Com a conquista do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a política da assistência social passou a ser concebida de forma articulada e integrada. Os princípios da matricialidade familiar e a descentralização dos serviços no território desafiam os profissionais da assistência social a planejarem suas ações de forma interdisciplinar e com a participação efetiva dos usuários.

Diante das responsabilidades dos municípios em implementar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cabe à Secretaria de Ação Social de Franca (SEDAS) planejar e coordenar a implementação do Plano Municipal da Assistência Social (PMAS) como instrumento de efetivação da política pública no município.

Nesse contexto é que foi construída esta publicação, intitulada *Reordenamento institucional da política de assistência social do município de Franca: reflexões teórico-metodológicas para o trabalho cotidiano*. Trata-se do resultado de uma longa caminhada dos(as) trabalhadores(as) da assistência social por meio de projeto de formação no órgão gestor, nas unidades estatais e na rede socioassistencial executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município, em parceria com o Instituto Paulo Freire (IPF). Esta publicação, portanto, apresenta o processo de sistematização das reflexões teórico-práticas e das ações de trabalho e pretende orientar a atuação da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE) em Franca (SP).

Durante essa caminhada, construímos o entendimento de que a política de assistência social afeta o projeto de vida dos sujeitos envolvidos. Por isso, as ações precisam ser carregadas de sentidos e significados emancipadores, para que os princípios de alteridade, democracia, participação e autonomia sejam potencializados em cada intervenção cotidiana desenvolvida nos espaços da política pública.

O papel do gestor da política de assistência social é planejar, executar, monitorar e avaliar cada etapa desse processo, envolvendo todos os trabalhadores e usuários no planejamento dialógico, o que possibilita desenvolver reflexões e, conseqüentemente, novas práticas. Daí a importância da formação permanente como estratégia para o desenvolvimento do trabalho coletivo e para desencadear a construção de conhecimentos com a práxis profissional.

Nesse processo, recorreremos a estudos de conceitos construídos pela política de assistência social para assegurarmos que a centralidade esteja na garantia dos direitos e não nos serviços, programas e benefícios. Buscamos intensificar os conhecimentos na Educação Popular como estratégia metodológica para inserção do usuário como partícipe da política e não como mero receptor de serviços.

A Educação Popular é uma noção que remete a diferentes experiências e conhecimentos educativos que se vêm acumulando no seio dos movimentos populares para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social, democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito parte do processo e centro da atuação (FREIRE, 1997).

O educador Paulo Freire (1921-1997), por meio de sua teoria do conhecimento, deu destaque especial à cultura. Nos processos metodológicos, ele criou o Círculo de Cultura, que pressupõe uma relação horizontal entre sujeito-sujeito. Nessa interação, as pessoas são desafiadas a se perceberem como produtoras de cultura, tendo em vista que transformamos o mundo por meio de nosso trabalho.

Desconstruir velhas práticas exige coragem e ousadia. Por isso, os profissionais da assistência social de Franca têm sido desafiados cotidianamente a construir uma nova cultura política no exercício cotidiano do trabalho profissional. Assim, nos anos de 2014 e 2015, decidimos sistematizar as reflexões teórico-metodológicas do PMAS e desenhamos um percurso metodológico para essa construção, sob a assessoria do IPF. Constituímos grupos de formação presenciais e aprofundamentos mediante atividades não presenciais, em cada unidade estatal e com a rede socioassistencial do SCFV para crianças, adolescentes e idosos.

A primeira versão deste livro foi encaminhada a todos os envolvidos no processo de formação para que fossem acolhidas as propostas de mudanças no texto. Finalizada a apreciação, concluiu-se o trabalho. Coube às organizadoras da publicação o encadeamento das ideias e a redação final. Assim, segue a estrutura desta publicação:

No capítulo 1, foi retomada brevemente a fundamentação da assistência social e os princípios freirianos, bem como as concepções que vêm sendo trabalhadas no cotidiano dessa política em Franca, as quais dão sustentação ao reordenamento institucional em construção. Refletimos sobre a Leitura do Mundo como princípio para que todos aqueles inseridos no processo pudessem aprofundar o conhecimento sobre o território.

No capítulo 2, refletimos sobre o processo metodológico para o reordenamento institucional, com foco na estrutura da gestão municipal e nas relações entre: PSB e PSE; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro Pop e SCFV.

No capítulo 3, abordamos a instrumentalidade da política de assistência social, com enfoque nas concepções do trabalho com a família, nos percursos desenvolvidos no SCFV, na avaliação dialógica e no planejamento.

Finalizamos com apontamentos, trazidos por todos os envolvidos com a política de assistência social, que se colocam como desafios para os próximos anos. Como diria o poeta Thiago de Mello (1999, p. 10), “não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar”.

Desejamos boa leitura e que esta caminhada possa inspirar tantas outras!

Franca, 30 de novembro de 2015.

Gislaine Alves Liporoni Peres  
Secretária de Ação Social do município de Franca



Encontros Formativos com: equipe gestora, CRAS, CREAS, Centro Pop e SCFV – 2015



# Capítulo 1

## Fundamentos teórico- -metodológicos da política de assistência social de Franca

---

# A Vida Verdadeira

*Pois aqui está a minha vida.  
Pronta para ser usada.*

*Vida que não se guarda  
nem se esquiva, assustada.  
Vida sempre a serviço  
da vida.  
Para servir ao que vale  
a pena e o preço do amor.*

*Ainda que o gesto me doa,  
não encolho a mão: avanço  
levando um ramo de sol.  
Mesmo enrolado de pó,  
dentro da noite mais fria,  
a vida que vai comigo é fogo:  
está sempre acesa.*

*Vem da terra dos barrancos  
o jeito doce e violento  
da minha vida: esse gosto  
da água negra transparente.*

*A vida vai no meu peito,  
mas é quem vai me levando:  
tição ardente velando,  
girassol na escuridão.*

*Carrego um grito que cresce  
Cada vez mais na minha garganta,  
cravando seu cravo triste  
na verdade do meu canto.*

[...]

**Thiago de Mello**

*Faz escuro mas eu canto.* 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 8.

## 1.1 O SUAS e sua implantação no município de Franca

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, ampliou e reafirmou direitos civis, políticos e sociais. Nesse contexto, a assistência social foi incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Com isso, ganhou o *status* de política social pública e passou a integrar o “campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal” (BRASIL, 2005, p. 31).

Assim, orientados pela perspectiva da cidadania, o reconhecimento da assistência social como direito social e política pública tem contribuído, nos últimos 25 anos, para a construção dos direitos humanos no Brasil, na medida em que busca desenvolver ações que valorizem a liberdade de expressão, a autonomia, o protagonismo, a participação ativa e, principalmente, as ações que garantam aos usuários os seus direitos de convívio social e comunitário.

No município de Franca (SP), a trajetória da assistência social teve início com as ações desenvolvidas pelas entidades sociais filantrópicas, fundadas a partir do ano de 1900 – ganhando maior expressão a partir dos anos 1940 – dirigidas por grupos de pessoas ligadas a diversas doutrinas religiosas. Assim, por décadas, a assistência social transitou no campo da solidariedade, da filantropia e da benemerência, com a total ausência do Estado, reproduzindo, desse modo, as características que essa política assumiu no Brasil.

A presença do Estado no campo da assistência social se deu a partir de 1947 com as ações coordenadas pela Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e, em 1968, com a representação da Secretaria de Estado da Família e Bem-Estar Social por meio da Equipe de Ação Social (EAS). Somente em 1973 o município criou o Departamento de Promoção Social (DEPROS), que oferecia atendimento nas áreas de saúde, educação, cultura e habitação.

A partir dos anos 1980, Franca participou do Movimento Nacional Constituinte, que lutou pelo processo de democratização do país e pela inserção da assistência social como política pública. Na década seguinte, integrou o grupo de trabalho regional, coordenado pela Diretoria Regional da Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) e pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), que apresentou propostas para elaboração do projeto para a LOAS.

Os dez primeiros anos da LOAS significaram para o município de Franca um período de apropriação e estudos acerca dos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da assistência social. O trabalho na área, embora sob a orientação do direito e da cidadania, permaneceu segmentado – atendimentos por ciclos etários, desvantagens pessoais resultantes de deficiências, pobreza e privação no acesso às políticas públicas. Executava-se ainda ações de saúde, educação e iniciação profissional.

Em 1996, foi criado o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), por meio da Lei Municipal nº 4.799, estabelecendo assim o controle social no município de Franca. No período

do que antecedeu a criação do CMAS, havia o Conselho das Entidades Assistenciais de Franca (CEAFS), que não tinha o papel de estabelecer critérios gerais de atendimento nem tampouco de assegurar diretrizes para os serviços dessas entidades.

A elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, mobilizou grupos representativos de trabalhadores, gestores e conselheiros de Franca para a participação de debates e discussões, bem como para a apresentação de contribuições a fim de construir esse significativo documento. Com a sua publicação, foram redefinidos os princípios organizativos, as diretrizes estruturantes, os instrumentos de gestão e o modelo de cofinanciamento da assistência social, organizados no SUAS em 2005 e detalhados na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) em 2012. Diante dessas normativas, o município encontrou amparo teórico e técnico para rever suas ações.

Assim, em consonância com as diretrizes e orientações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a partir de 2005, Franca iniciou a reestruturação organizacional da Secretaria de Ação Social (SEDAS); criou as divisões técnicas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE); constituiu equipe de monitoramento e avaliação; instalou as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); organizou a realização do Cadastro Único; integrou os profissionais de psicologia nas equipes das unidades estatais; descentralizou os serviços nos territórios; e definiu cofinanciamento por pisos. Com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio das Resoluções nº 109/2009 (*Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*) e nº 16/2010 (*Define os Parâmetros Nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social dos Municípios e do Distrito Federal*), os serviços foram reorganizados por níveis de complexidade, bem como foram estabelecidos parâmetros para inscrição de entidades e organizações de assistência social no CMAS.

A SEDAS tem trabalhado para a implementação do SUAS em Franca, indicando e concretizando ações que dão novo formato à estrutura do órgão gestor, garantindo recursos orçamentários e financeiros em escala crescente ano a ano, aplicando recursos financeiros de acordo com o orçamento municipal, cumprindo a continuidade dos serviços já existentes e implantando novos de acordo com as demandas e deliberações do CMAS.

Na busca pelo cumprimento das normativas legais relacionadas ao trabalho, a SEDAS vem modernizando materiais e equipamentos necessários às provisões dessa política pública. Qualifica-se, assim, a oferta de programas, serviços e benefícios no campo da assistência social. Nesse sentido, a SEDAS se comprometeu com a formação continuada; instalou uma unidade do Centro Pop, a segunda unidade do CREAS, uma unidade específica para cadastros sociais e reformou três unidades estatais; compôs a equipe do ACESSUAS TRABALHO; iniciou o reordenamento dos serviços executados pelas unidades estatais e rede privada; aprovou a Lei Municipal de Benefícios Eventuais; implantou serviços tipificados; e vem desenvolvendo ações articuladas com as políticas setoriais.



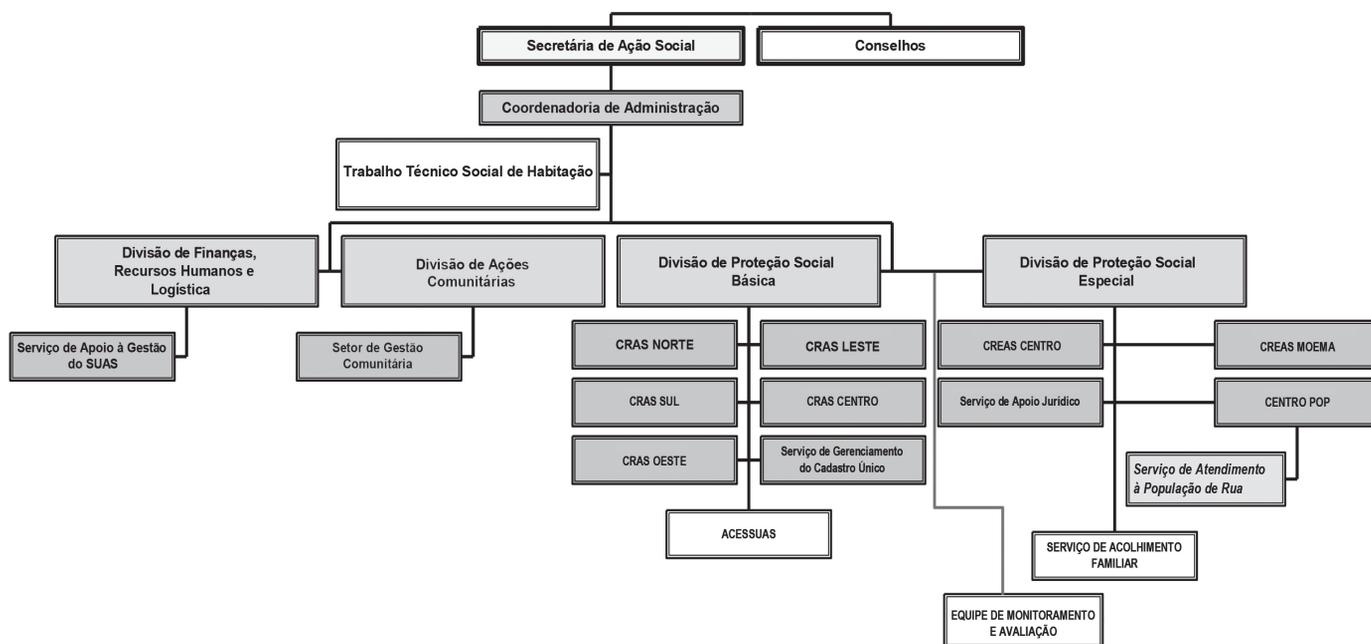
Reunião de avaliação com a equipe gestora da SEDAS.

A estrutura organizacional da Secretaria de Ação Social (SEDAS) é definida pela Lei nº 7.854, de 10 de maio de 2013, e pelos Decretos Municipais nº 10.012, de 29 de julho de 2013; nº 10.120, de 20 de março de 2014; nº 10.319, de 13 de abril de 2015, nº 10.376, 28 de agosto de 2015. Apresenta-se da seguinte maneira:

- I. Secretaria de Ação Social
- II. Coordenadoria de Administração
- III. Divisão de Finanças, Recursos Humanos e Logística
  1. Serviço de Apoio a Gestão do SUAS
- IV. Divisão de PSB
  1. Serviço de Gerenciamento do Cadastro Único
  2. Função Gratificada de Gerenciamento do CRAS Norte
  3. Função Gratificada de Gerenciamento do CRAS Sul
  4. Função Gratificada de Gerenciamento do CRAS Leste
  5. Função Gratificada de Gerenciamento do CRAS Oeste
  6. Função Gratificada de Gerenciamento do CRAS Centro
- V. Divisão de PSE
  1. Função Gratificada de Gerenciamento do CREAS Centro

2. Função Gratificada de Gerenciamento do CREAS Moema
  3. Função Gratificada de Gerenciamento do Centro Pop
  4. Serviço de Atendimento à População de Rua
  5. Serviço de Apoio Jurídico
- VI. Divisão de Ações Comunitárias
1. Setor de Gestão Comunitária

ORGANOGRAMA  
PREFEITURA DE FRANCA  
**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**



Outras frentes de trabalho foram sendo instituídas, redesenhando e dando maior visibilidade ao trabalho da política social e contribuindo para que algumas entidades se reorganizassem na oferta de serviços tipificados. Registra-se, porém, que ainda há necessidade de reordenamento para atender às orientações contidas na Resolução CNAS nº 109.

Assim, a mudança de paradigma operada no interior da política de assistência social, que supera o viés assistencialista e filantrópico e a reconhece como direito de seguridade social no mesmo compasso em que afirma o usuário dos serviços como sujeito histórico, é uma conquista cujos elementos ainda estão em construção. É preciso sistematizar estratégias de gestão político-organizativas que possibilitem a assimilação e a incorporação, por todos os sujeitos, dos novos conceitos teóricos, políticos e jurídicos materializados na assistência so-

cial. Avançar nesse processo é tarefa tanto do poder público quanto dos trabalhadores da assistência social e usuários.

É por essa perspectiva de cidadania, democracia e coletividade que o município de Franca debate e se apropria da lógica, dos princípios e fundamentos do SUAS. Nessa direção, a SEDAS propõe seguir avançando na consolidação da política de assistência social em Franca, enfrentando desafios internos e externos nos campos político, econômico e ideológico.

## 1.2 Gestão territorial da PSB e da PSE

O geógrafo Milton Santos (1926-2001) traz uma abordagem conceitual sobre o uso do território que introduz a gestão das políticas públicas em uma perspectiva que vai além da intersectorialidade como justaposição do setorial, já que o território pressupõe a unidade em si:

O território em si [...] não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2000, p. 22).

É com esse significado que a diretriz de territorialidade foi concebida no SUAS, em que o território é compreendido não como espaço físico dos serviços, mas como capacidade motriz para mobilizar sonhos e utopias na construção da justiça social e da democracia. O território é compreendido como um “elemento essencial para se pensar a efetivação do acesso à Proteção Social Básica e Especial” (KOGA & ALVES, 2010, p. 77). Por meio dos serviços socioassistenciais, possibilita a proximidade do poder público a essas localidades.

Assim, para aprofundar a relação da política de assistência social com o território, é necessária a compreensão deste não só como área física ou perímetro que delimita uma comunidade, mas o espaço onde as relações sociais estão presentes, por meio da interação das pessoas com o ambiente. É no território que se estabelecem as relações de solidariedade, de conflitos, as relações políticas e econômicas em que os indivíduos se reconhecem e constroem sua identidade. A dinâmica do cotidiano da vida das populações se manifesta concretamente no território, tornando visíveis as potencialidades, fragilidades, demandas e desigualdades.

Essa concepção de território, conforme destaca Koga (2008), não esvazia ou reduz o papel dos cálculos estatísticos como indicadores socioeconômicos. No entanto, para o trabalho de leitura do território, é necessário “associar aos números outros olhares sobre os territórios capazes de compreender as conexões, desconexões, interações e fraturas” (idem, p. 3).

A compreensão do território como algo dinâmico, com base em uma topografia natural e em uma “topografia social”, conforme Sposati (2008), permite-nos a percepção da indissociabilidade homem/mulher/natureza, pois é um espaço de relações em que há construção

e desconstrução de vínculos, criação de identidades e relação com o espaço natural. Nas palavras de Milton Santos (2002, p. 22), “o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Com a aprovação da PNAS e, posteriormente, do SUAS, surgiu a necessidade de organizar todas as ações socioassistenciais, que compreendem: implantação, expansão e organização de estruturas físicas e recursos humanos; construção de instrumentos e mecanismos adequados para o alcance das metas e prioridades; ampliação do número de equipamentos estatais; manutenção e reordenamento das ações já existentes; e distribuição dos serviços de forma equitativa no território para as populações mais vulneráveis. Tais redefinições requerem organização, fortalecimento e expansão da rede de serviços no território – em conformidade com a demanda social existente – e uma melhor apropriação das particularidades e necessidades dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que configuram o território e imprimem processo de sociabilidade e reprodução da vida dos sujeitos da política de assistência social.

O CNAS, por meio da Resolução nº 33, de 12 dezembro de 2012, aprovou a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em que, no capítulo III, considera os planos de assistência social como instrumentos de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de assistência social na perspectiva do SUAS. Nesse processo, dois aspectos importantes precisam ser abordados: o diagnóstico socioterritorial e a participação social na formulação da política e no exercício do controle social.

No sentido de dar concretude teórico-metodológica para a elaboração do diagnóstico socioterritorial, a SEDAS vem desenvolvendo, desde 2013, processos formativos com trabalhadores da rede socioassistencial para ampliar o conhecimento sobre o território e a participação na elaboração o Plano de Gestão Territorial. A escolha metodológica para ampliação do conhecimento se baseou na Leitura do Mundo, categoria formulada pelo educador Paulo Freire para ler a realidade em suas várias dimensões. Ela consiste na mobilização de todos os sujeitos do território a fim de dialogarem sobre os aspectos social, ambiental, cultural, político e econômico que caracterizam a realidade em que vivem e definem a sua cotidianidade. Tal diálogo objetiva favorecer o desenvolvimento de uma práxis<sup>1</sup> que, de fato, corresponda às necessidades da população como um todo e permita “ler o mundo” apreendendo suas contradições e potencialidades.

A Leitura do Mundo permite aos trabalhadores, à população e aos demais segmentos da assistência social a compreensão dos limites e possibilidades da política – o que significa ser

.....

1. A palavra “práxis”, de origem grega, refere-se à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Karl Marx, à atividade livre, universal, criativa autocríativa por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Assim, o homem pode ser considerado um ser da práxis (PETROVIC, 2001).



Formação CRAS, CREAS e Centro Pop.

pública e universal – e a função da população no controle social da esfera pública. Ela tem uma função pedagógica em si mesma, na medida em que os profissionais e demais sujeitos da assistência social, quando são desafiados a tecerem juntos a Leitura do Mundo, vão percebendo-se detentores de cultura, saberes e conhecimentos e reconhecendo-se nas diferenças. E essas diferenças facilitam a construção do senso de comunidade, dialogando com as diversidades, buscando pares, somando forças e fazendo aliados para um projeto comum de assistência social.

O processo de Leitura do Mundo possibilita aos trabalhadores do SUAS uma percepção das práticas educativas que nunca são registradas nos diários de atendimentos, pois há fazeres aos quais a história oficial está alheia. Muitos desses fazeres dizem respeito à dimensão ideopolítica presente na assistência social e na intervenção dos trabalhadores. Há saberes e práticas da comunidade que a assistência social desconhece, apesar de eles estarem sempre presentes no seu cotidiano. Nesse sentido, o conhecimento da realidade, da vida das pessoas atendidas, pode orientar-nos para sermos melhores profissionais e usuários, bem como pode potencializar o nosso olhar e intervir na realidade.



Formação CRAS, CREAS e Centro Pop.

Na Leitura do Mundo, promove-se o encontro de diferentes olhares para captar os elementos mais significativos do território vivido e para permitir a apropriação do real significado do lugar por meio das dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental. Essa concepção de Leitura do Mundo foi reconhecida pela Resolução CNAS nº 33/2012, no parágrafo único do artigo 20:

O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (BRASIL, 2012, p. 11).

### **Por que é importante realizar a Leitura do Mundo do território?**

- Revela poderes instituídos, conjunturas desfavoráveis, conservadorismo.
- Reconhece a realidade e interage com ela, na perspectiva de transformá-la.
- Estabelece uma relação dialógica entre nosso conhecimento e o conhecimento da população.
- Permite a reconstrução do saber.
- Possibilita a construção e execução coletiva de ações.
- Induz e estimula a intersectorialidade.
- Fortalece as unidades de CRAS e CREAS enquanto referência no território.
- Promove uma articulação efetiva com a rede socioassistencial e intersectorial.

Assim, definiu-se as seguintes questões essenciais para a construção da Leitura do Mundo no município de Franca:

- Quais as características do lugar onde vivemos?
- Como a população se expressa no território?
- Como ocorre a organização das pessoas?
- Como são os diálogos com as políticas setoriais?
- Quais são os principais problemas e potencialidades do lugar em que vivemos?
- Quais serviços existem no território?
- Como a rede socioassistencial pode contribuir para potencializar o território?
- Quais aprendizagens devem ser fomentadas dentro da rede socioassistencial de modo a favorecer essa potencialização?
- Quais aspectos da realidade a rede socioassistencial deve considerar ao desenvolver com a população o seu plano de gestão territorial?



Encontro formativo com os grupos de SCFV crianças, adolescentes e idosos.

O debate coletivo e provocativo acerca das questões expostas permitiu densas reflexões cujo denominador comum revela que a leitura do território é sempre um momento estratégico para a elaboração de planos de ação locais, como modo de garantir um planejamento das políticas públicas de forma participativa e dialogada com os diferentes atores do território por meio de dados extraídos da realidade. Os CRAS e CREAS se tornam referência importante no território para assegurar o acesso aos direitos sociais.



No processo de atuação no território, a Busca Ativa é uma estratégia imprescindível de aproximação do poder público com o cidadão. Por isso, a Leitura do Mundo, enquanto procedimento metodológico, auxilia no conhecimento e no reconhecimento das demandas, permitindo, de forma dialógica, a formulação de estratégias para o acesso aos direitos e à participação social.

Desse modo, a gestão territorial refere-se aos processos de interação entre: atores sociais com atuação local na oferta de serviços públicos (saúde, educação, cultura, assistência social, segurança pública e tantos outros); organizações comunitárias (associações de moradores,

entidades socioassistenciais, organizações religiosas ou grupos e movimentos informais); organizações privadas de caráter lucrativo (comércio local, grupos empresariais, imprensa e outros); e movimentos de luta e resistência construídos pelos sujeitos do território.

A definição das diretrizes da política de assistência social direciona-se para a territorialização das necessidades e potencialidades das populações, ou seja, busca atuar para além dos aspectos objetivos da realidade vivida, incorporando a dimensão subjetiva presente nas relações entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência. Dessa forma, o uso que as pessoas fazem do território é o que dá sentido à dinâmica do cotidiano e a toda e qualquer possibilidade de intervenção na realidade.

Imbuído por essa reflexão, o processo metodológico da Leitura do Mundo tem alcançado a rede de entidades socioassistenciais cuja participação na política social é histórica em Franca. Ao ampliar o conhecimento sobre o território, identifica-se potencialidades para o convívio comunitário e familiar, bem como para a gestão territorial. Essa leitura possibilita que a identificação das situações de maior vulnerabilidade social se dê mais efetivamente, ao propiciar o diagnóstico prévio do território, revelando espaços em que há maior grau de violação de direitos.

A construção da rede articulada depende da identificação de forças sociais e potencialidades para parcerias e realização de trabalho coletivo no território, bem como a compreensão da incompletude institucional. É também esse o processo que tornará o usuário do serviço mais próximo da conquista de seus direitos.

O município iniciou o processo de organização da rede nos territórios. Contudo, a sua consolidação pressupõe a ampliação de cofinanciamentos provenientes das diferentes esferas, a constituição de uma equipe de vigilância socioassistencial, o aprofundamento da metodologia de trabalho para a gestão do território e a ampliação da presença de unidades estatais no campo da assistência social na mesma proporção das demandas populacionais. Esses são obstáculos vivenciados pelos gestores municipais, que precisam ser debatidos e enfrentados também nos âmbitos federal e estadual.

A assistência social avança ao incorporar categorias e conceitos que vão ao encontro do enfrentamento da questão social, já que permite e assegura a participação ativa da população na construção de um projeto de sociedade. Conforme Couto (2006, p. 76):

[...] a questão social não é só esta expressão da exclusão, ela também é a resistência. Que quer dizer isto? Quer dizer que também existem formas organizativas da população e dos trabalhadores que se contrapõe a esta forma de compreender a sociedade, ou seja, compreende a sociedade como lugar de todos. Compreende que a riqueza produzida deve ser distribuída a todos, e que isto depende de uma grande pressão da sociedade para que aconteça. A inclusão das pessoas no projeto societário não é um favor, é um direito. E só é possível construir uma sociedade democrática quando este direito estiver estabelecido.

Nessa perspectiva, a SEDAS vem atuando para assegurar o acesso à política de assistência social à população de Franca. Essa construção tem sido feita mediante trabalho coletivo no território, na relação com a rede socioassistencial e setorial e com a participação efetiva dos usuários.



Encontro formativo com os grupos de SCFV crianças, adolescentes e idosos.

### 1.3 Participação dos sujeitos na construção e no controle social da política de assistência social

Desde 1990, o Brasil tem vivido momentos significativos de participação popular por meio da realização de inúmeras conferências, fóruns e pela criação e fortalecimento de diversos conselhos. Vários instrumentos legais e políticos foram criados após a Constituição de 1988 com intuito de assegurar a participação do cidadão, de forma coletiva, na gestão das políticas públicas. Entre elas, podemos citar: a Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei nº 8.080/1990; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990; a LOAS, Lei nº 8.742/1993; e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003.

Os conselhos e as diversas conferências temáticas são espaços de formação política, na medida em que fomentam reflexões sobre ações, públicos a serem alcançados e orçamento. No entanto, esses espaços não conseguiram alcançar o dinamismo esperado na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis devido ao caráter centralizador da forma de fazer política no Estado brasileiro e das imposições do neoliberalismo, que redimensionam o papel do Estado na proteção social.

Na trajetória da política de assistência social, os usuários sempre permaneceram à margem da construção da política. Os espaços constituídos não foram suficientes para dinamizar a participação popular, tendo em vista que esse sujeito coletivo não conseguiu trazer suas pautas para o centro do debate em decorrência da precariedade de suas condições de vida.

Com a promulgação da LOAS, em 1993, foram estabelecidos os princípios da descentralização e da “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1993, art. 5º, item II).

Assim, a participação do usuário vem sendo debatida em vários espaços da política de assistência social. No entanto, é necessário que gestores públicos, trabalhadores e organizações que compõem a rede socioassistencial compreendam o “lugar político do usuário do SUAS”. São imprescindíveis as contribuições destes “aos processos de elaboração das agendas dessa política social [...], contemplando inclusive os riscos de cooptação e as possibilidades de exercício protagônico” (CAMPOS, 2012, p. 246).

É prerrogativa para o recebimento de recursos financeiros, tanto no caso dos Municípios quanto dos Estados e Distrito Federal, o efetivo funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, bem como a constituição do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e do Fundo Municipal de Assistência Social. Conforme Campos (2012), para os níveis da gestão básica e plena, são necessários ainda a criação e o funcionamento de outros conselhos de defesa de direitos, demonstrando não só a necessidade de inclusão da sociedade na gestão efetiva da PNAS como a importância da intersetorialidade (ao prever outros conselhos de políticas setoriais) e da assistência social como instrumento de defesa, garantia e promoção dos direitos humanos.

No município de Franca, a participação social acontece por meio dos conselhos municipais. Destacamos aqueles, além do CMAS, vinculados à assistência social: Conselho Municipal da Terceira Idade (COMUTI), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência (CMPCD), Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra (COMDECON), Conselho Municipal da Juventude (CMJ), Conselho Municipal da Condição Feminina (CMCF), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos (CMDDH) e Conselho Tutelar. Com exceção do Conselho Tutelar, os demais têm prevista a participação popular de usuários. O CMAS e o CMDCA ainda não possuem representatividade da população usuária; os três últimos estão em processo de reorganização, com previsão de reativação para o próximo exercício.

A participação, no entanto, permanece como um desafio para a assistência social, que tem nesse aspecto uma de suas bases fundamentais. O aprimoramento desses espaços depende da possibilidade da descentralização das reuniões, da flexibilização dos horários e de uma linguagem acessível.

**CMAS:** É uma instância colegiada de natureza deliberativa do SUAS vinculada à estrutura do órgão gestor da assistência social do município, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Foi criado pela Lei Municipal nº 4.799/1996 e alterado pela Lei Municipal nº 5.491/2001. Tem como finalidade aprovar o PMAS, participando da sua formulação, bem como normatizando, disciplinando, acompanhando, avaliando e controlando a gestão e a execução de serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial, estatal ou não.

**COMUTI:** É uma instância colegiada consultiva, normativa e deliberativa das políticas municipais referentes às questões relacionadas à população de 60 anos ou mais. Tem composição paritária, com representantes do poder público e da sociedade civil. Tem por objetivo articular, formular e encaminhar propostas ligadas à implementação de políticas de interesse das pessoas com 60 anos ou mais, assegurando seus direitos civis e humanos, bem como gerir o Fundo Municipal do Idoso de Franca, além de fixar critérios de utilização e o plano de aplicação de recursos, de acordo com a Lei de Criação nº 5.249/1999, alterada pelas Leis nº 6.293/2004 e nº 7514/2011.

**CMDCA:** Possui participação popular paritária por meio das organizações representativas da sociedade civil.

**CMPCD:** Trata-se de uma instância colegiada consultiva e normativa, de composição paritária, composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Tem por objetivo propor políticas, ao poder público municipal, que promovam, defendam e assegurem os direitos das pessoas com deficiência, de acordo com a Lei de Criação nº 5.320/2000, alterada pelas Leis nº 6.230/2004, nº 6.664/2006 e nº 8.059/2014.

**COMDECON:** É uma instância colegiada consultiva e deliberativa que objetiva resgatar o espaço de participação do negro no sentido de que seus costumes, valores culturais e anseios sejam rigorosamente preservados, buscando políticas e programas para o fortalecimento do combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial, rompendo com o preconceito, a discriminação e a exclusão social. O conselho não é paritário, sendo composto por membros do poder público e da sociedade civil, de acordo com a Lei nº 6.009/2003.

**CMJ:** É uma instância colegiada consultiva, com a finalidade de analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do município. O conselho não é paritário, sendo seus membros nomeados pelo executivo e escolhidos entre os diversos segmentos sociais comprometidos com a juventude, de acordo com a Lei nº 6.291/2004. Atualmente está inativo.

**CMCF:** É uma instância colegiada de natureza consultiva, criada pela Lei Municipal no 5.572/2001, com alterações realizadas em seu artigo 20 pela Lei nº 6.284/2004,

com caráter permanente e composição não paritária, composto por representantes do poder público e da sociedade civil. Tem como principal objetivo formular diretrizes e promover, em todos os níveis da administração direta e indireta, atividades que visem à defesa dos direitos da mulher e à eliminação das discriminações que a atingem, bem como à sua plena integração na vida socioeconômica e cultural. Atualmente está inativo.

**CMDDH:** É uma instância colegiada consultiva e deliberativa, de composição não paritária, com a finalidade de: investigar as violações de direitos humanos no município; encaminhar denúncias e representações às autoridades competentes; estudar e propor soluções de ordem geral para problemas referentes à defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, de acordo com a Lei de Criação nº 5.589/2001. Este conselho não foi implantado.

**Conselho Tutelar:** É um órgão permanente e autônomo encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Suas atribuições estão dispostas no artigo 136 do ECA.

Efetivar a participação do usuário no território tem exigido muitas reflexões dos trabalhadores do SUAS. O trabalho feito pelas equipes caminha na direção de assegurar ao usuário dos serviços a participação ativa no planejamento, implementação e monitoramento de ações das unidades do CRAS, CREAS, Centro Pop e de entidades conveniadas. Garantir a participação social na política pública tem como consequência o fortalecimento das instituições no sentido da defesa e promoção dos direitos fundamentais do ser humano. Assim, como desafio, faz-se necessário intensificar a informação nos espaços da assistência social para possibilitar o exercício da participação social dos usuários.

A assistência social avança ao incorporar a participação ativa da população no enfrentamento das desigualdades e na luta política. Conforme a PNAS, existem formas organizativas da população e dos trabalhadores que precisam ser dinamizadas para que haja maior pressão da sociedade na distribuição da riqueza socialmente construída.

Portanto, além de incentivar a participação da população nos conselhos e nas atividades das unidades gestoras e conveniadas, é preciso assegurar o acesso à informação dos usuários dos serviços para que possam participar do processo de construção de atividades com as equipes de trabalhadores do SUAS, de modo a construírem práticas emancipatórias no cotidiano do trabalho e da vida social.



Encontro formativo com os grupos de SCFV crianças, adolescentes e idosos.

## 1.4 A interdisciplinaridade na política de assistência social

A interdisciplinaridade é a relação entre os saberes. Por isso, o diálogo entres os diferentes conhecimentos implica necessariamente a revisão dos poderes e suas formas do controle.

A interdisciplinaridade não nega as especialidades, ela considera em si a complementariedade. Os profissionais atuam conscientes de seus limites, acolhendo as contribuições de outras disciplinas. A interdisciplinaridade possibilita um novo olhar para a mesma realidade, de modo a compreendê-la na totalidade. “O objetivo utópico do trabalho interdisciplinar é unidade do saber, unidade problemática, mas que parece constituir a meta ideal de todo saber, que pretende corresponder as exigências do progresso humano” (FAZENDA, 1991, p. 15)



O documento *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)* enfatiza a necessidade do trabalho em equipe e interdisciplinar, compreendendo.

[...] que o principal objeto de ação da política de assistência social – as vulnerabilidades e riscos sociais – não são fatos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações (BRASIL, 2009c, p. 64).

Dialogando com a particularidade da política de assistência social, a ação interdisciplinar busca romper com preconceitos e com a lógica de interpretar a realidade de forma fragmentada. Propõe, em seu lugar, uma prática articuladora, com base nos conhecimentos dos diversos sujeitos. A atitude interdisciplinar depende, portanto, de cada profissional, de seu processo individual de amadurecimento e de sua disponibilidade em ensinar, aprender e socializar conhecimentos, sendo necessária a disponibilidade para um trabalho em equipe, articulado e integrado.

Nessa relação horizontal, democrática e recíproca, o que se espera de cada trabalhador é a compreensão da totalidade que envolve o atendimento à população. Não cabe, assim, ao assistente social chamar o psicólogo para auxiliar na compreensão da família e vice-versa, pois a família não pertence a uma categoria profissional, mas ao conjunto dos trabalhadores, que se desafiam a construir com elas os caminhos para o acesso aos direitos.

O trabalho interdisciplinar em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição sócioeconômica. O Código de Ética Profissional de assistentes sociais, por exemplo, estabelece direitos e deveres que, no âmbito do trabalho em equipe, resguardam-lhes o sigilo profissional, de modo que estes(as) não podem e não devem encaminhar a outrem informações, atribuições e tarefas que não estejam em seu campo de atuação [...] Na elaboração conjunta dos documentos que embasam as atividades em equipe interdisciplinar, psicólogos(as) e assistentes sociais devem registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho (CFESS, 2011, p. 26).

Conforme definição da NOB/RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006) e Resolução CNAS nº 17/2011, a equipe de referência é composta por assistente social, psicólogo e advogado. Este último é habitado especialmente para compor a equipe de referência do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI).

A Resolução nº 17/2011 do CNAS também define as categorias de profissionais habilitados para atender a gestão: administrador, advogado, antropólogo, assistente social, contabilista, economista, economista doméstico, pedagogo, psicólogo, sociólogo e terapeuta ocupacional.

Assim, é indispensável perceber que a interdisciplinaridade rompe com a visão multiprofis-



Equipe gestora da SEDAS.

sional, na medida em que destaca o olhar de cada profissional sem se preocupar com a forma da contribuição, tendo em vista que o princípio é a compreensão da realidade, numa perspectiva de totalidade e de fortalecimento do trabalho coletivo em um contexto nacional e internacional marcado pelo individualismo e pela fragmentação das relações sociais e dos vínculos.

## 1.5 A relação intersetorial na política de assistência social

A intersetorialidade é entendida como a articulação e integração da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais e constitui um dos princípios do SUAS. Possibilita maior efetivação na garantia dos direitos dos usuários, articulando ações horizontais entre as várias políticas sociais públicas. Assim, a intersetorialidade propicia o diálogo entre as diversas políticas setoriais e possibilita aos usuários a percepção e a vivência da concretude dessa integração.

A articulação entre as políticas sociais supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação no atendimento das demandas. Ao agregar diferentes políticas em torno de objetivos comuns, a população é percebida como sujeito em sua totalidade, e o enfrentamento das desigualdades sociais é percebido com maior amplitude. Logo, perspectivas intersetoriais pressupõem planejamento conjunto entre as políticas setoriais, de forma que as ações sejam complementares. Exige, também, capacidade de decisão política, envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos.

Desde 1988, o maior desafio da gestão pública estatal tem sido assegurar a articulação entre as três esferas de governo para construir e consolidar o pacto federativo com clareza das atribuições e competências. Por isso, cada vez mais, a SEDAS tem defendido a assistência social como política pública em condição de igualdade com as demais políticas setoriais; tem, assim, demarcado a concepção de direito humano, assumindo a responsabilidade de uma política que pode potencializar a intersetorialidade para a defesa e a garantia dos direitos fundamentais e da democracia.

O debate cuidadoso desses conceitos fortalece o entendimento da assistência social como política que assegura direitos e articula, no âmbito do Estado e da sociedade civil, projetos e sujeitos, rompendo com a burocratização do acesso e a verticalização das relações, heranças conservadoras e punitivas que vicejam ainda em nossa sociedade e impedem a materialização da cidadania nas políticas sociais, nomeadamente da assistência social.

A assistência social insere-se em uma sociedade contraditória, em que a “questão social é parte constitutiva das relações capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2003, p. 10).

Desse modo, a discussão intersetorial na assistência social é fundante por três motivos. O primeiro, pela possibilidade de construir com os sujeitos, nos territórios, estratégias de enfrentamento de múltiplas expressões da questão social. O segundo, porque pode potencializar diferentes diálogos com outras políticas sociais, sobre a realidade do território, para promo-

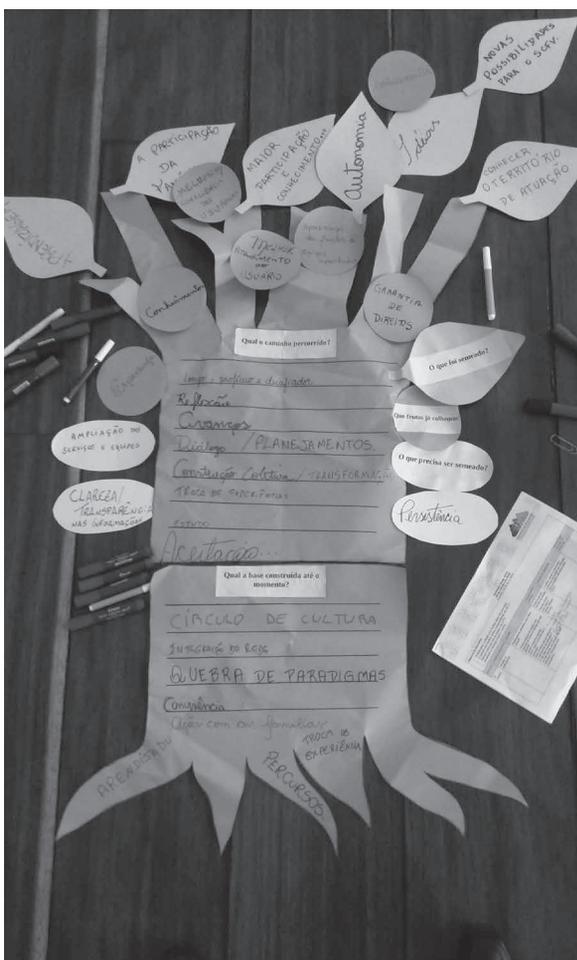
ver acesso aos direitos por parte da população atendida. O terceiro motivo é que a assistência social pode e deve consolidar uma rede de proteção social, com a presença permanente da população, assegurando a intersecção político-cultural de instituições, forças sociais e sujeitos.

Como afirma Vieira (2004, p. 59), “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”.

A construção da assistência social como política pública deve prover as seguranças de acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento de autonomia; apoio e auxílio. Entretanto, a emancipação dos usuários cidadãos de direitos só acontecerá se houver:

[...] um conjunto de políticas para garantir a oferta e a procura de emprego e salário ou remuneração com condições de um padrão digno. A multiplicidade de situações exige a garantia de um conjunto de seguranças a se contrapor às incertezas sociais. Não se pode reduzir a assistência social a prover situações de destituição plena, como população de rua, analfabetismo, entre outras, ainda que sejam situações limiares a serem superadas para um novo patamar (SPOSATI, 2004, p. 44).

Essa articulação entre as políticas sociais é determinante para a garantia de um padrão de qualidade na oferta dos serviços e programas para a população, que não se reduz às situações de extrema pobreza, mas diz respeito também ao acesso a bens públicos com igualdade e dignidade.



Atividade de acolhida do encontro formativo com os grupos de SCFV crianças, adolescentes e idosos, em outubro de 2015.



# Capítulo 2

## Processo metodológico para a construção do reordenamento institucional em Franca

---

## A Vida Verdadeira

[...]

Canto molhado e barrento  
de menino do Amazonas  
que viu a vida crescer  
nos centros da terra firme.  
Que sabe a vinda da chuva  
pelo estremecer dos verdes  
e sabe ler os recados  
que chegam na asa do vento.  
Mas sabe também o tempo  
da febre e o gosto da fome.

Nas águas da minha infância  
perdi o medo entre os rebojos  
Por isso avanço cantando.

Estou no meio do rio,  
estou no meio da praça.  
Piso firme no meu chão,  
sei que estou no meu lugar  
como a panela no fogo  
e a estrela na escuridão.

O que passou não conta? Indagarão  
as bocas desprovidas.

Não deixa de valer nunca.  
O que passou ensina  
com sua garra e seu mel.

Por isso é que agora vou assim  
no meu caminho. Publicamente andando.

Não, não tenho caminho novo.  
O que tenho de novo  
é o jeito de caminhar.

Aprendi  
(o caminho me ensinou)  
a caminhar cantando  
como convém a mim  
e aos que vão comigo.  
Pois já não vou mais sozinho.

[...]

**Thiago de Mello**

Faz escuro mas eu canto. 17.  
ed. Rio de Janeiro: Bertrand  
Brasil, 1999, p. 8.

## 2.1 Reordenamento institucional da política de assistência social

As normativas da política de assistência social, principalmente as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009 e nº 16/2010, que tratam da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e da definição dos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, provocaram, a partir de 2010, um debate entre as unidades estatais, as instituições parceiras, o órgão gestor e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Isso resultou na definição da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Franca e na adequação das inscrições no CMAS.

Neste momento, algumas ações historicamente desenvolvidas e cofinanciadas pelo poder público receberam denominação de serviço tipificado por apresentarem características semelhantes às descritas na Resolução CNAS nº 109/2009, mas sem alterações significativas na metodologia do trabalho e ainda sem referenciamento às unidades estatais. Algumas instituições que desenvolviam atividades muito diversas das tipificadas continuaram a receber apoio financeiro do município, mas sem integrar a rede socioassistencial e sem inscrição no CMAS.

Esse processo foi lento e gradual, sempre com a preocupação de não promover interrupções no atendimento à população e respeitar as instituições parceiras que historicamente assumiram a assistência social. Contudo, o órgão gestor tomou medidas necessárias para garantir mudanças imprescindíveis na implementação da assistência social como política pública de direito, assumindo sua responsabilidade de organizar e coordenar o SUAS no âmbito municipal.

Pode-se observar nos quadros do Anexo que em 2011 houve ajustes nas nomenclaturas das ações de contraturno escolar para crianças, adolescentes e no Centro de Convivência do Idoso (CCI) da Proteção Social Básica (PSB) e nos acolhimentos para idosos e crianças convalescentes na alta complexidade. No ano seguinte (2012), observa-se que as instituições que executavam ações relacionadas a outras políticas setoriais foram remanejadas da rede socioassistencial para uma rede de apoio, ainda recebendo recursos financeiros municipais sob a gestão da Secretaria de Ação Social (SEDAS) para execução de suas atividades. A partir de 2013, foram implementados serviços no domicílio tanto da PSB quanto da Proteção Social Especial (PSE); na alta complexidade, o serviço denominado “República para Idosos” deixou de compor a rede por decisão dos diretores da entidade executora, que optaram por manter o empréstimo de moradias aos idosos sem adequação ao serviço tipificado. As alterações em 2014 foram mais consistentes: descentralização<sup>2</sup> de 250 vagas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes; migração de três ações que estavam na rede de apoio para a política de saúde; serviços de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade bem como acolhimento institucio-

.....  
2. Oferta de atendimento nas regiões com maior índice de vulnerabilidade indicadas pelos CRAS.

nal para adultos e famílias, passaram de execução direta para a rede parceira; implantação de novos serviços de PSE por meio de chamamento público.

Reordenar a política de assistência social no âmbito municipal é reorganizar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios considerando as deliberações das conferências, a realidade do município e as normativas nacionais. A Gestão 2013-2016 estabeleceu como diretriz o avanço nos conceitos, nas dimensões políticas, culturais, sociais e econômicas e na construção de uma política de direito para romper com as práticas de caráter clientelista.

O órgão gestor considerou alguns aspectos norteadores para o reordenamento:

- Unidade conceitual e metodológica.
  - Referenciamento dos serviços às unidades estatais.
  - Alcance do impacto social esperado dos serviços.
  - Territorialização.
  - Integração e articulação da rede socioassistencial.
  - Identificação e alcance da população em situação de vulnerabilidade, risco e violação de direitos.
- Cofinanciamento (equalização, equiparação de pisos, definição de custo dos serviços, financiamento integral).
  - Qualificação dos profissionais do SUAS.

O processo do reordenamento vem constituindo-se por meio de muitos debates e disputa de concepções, com alguns avanços no âmbito teórico e da formalidade e outros com reflexos na metodologia e resultados obtidos à luz da concepção de assistência social como política pública.

A construção coletiva e dialógica foi a metodologia adotada para a implementação do reordenamento. Foi identificada a necessidade de formação continuada para impulsionar esse movimento. Ainda em 2013, o Instituto Paulo Freire (IPF) foi contratado para desenvolver o processo formativo com a equipe gestora e os trabalhadores das unidades estatais e da rede socioassistencial executora do SCFV.

A Leitura do Mundo foi a categoria estruturante, baseada na Educação Popular referenciada na teoria social crítica. Para Freire (1997), ela é ponto de partida para a construção do conhecimento dos participantes, de sua visão do mundo, por possibilitar a organização de um trabalho emancipador. Tendo a Leitura do Mundo como recurso metodológico, a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando à população que a realidade local possui relações com outras dimensões (regional, nacional, continental e planetária) e em diversas perspectivas (social, política e econômica) que se interpenetram.

Para Brandão (2006), a Educação Popular é compreendida como aquela educação a serviço dos interesses e projetos das classes populares. Isso é parte do projeto histórico de, um dia, toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular (p. 54).

No processo formativo, em um primeiro momento, realizou-se o debate e a problematização dos diferentes conceitos para todas as equipes das unidades estatais e do SCFV de forma a assegu-

rar o processo de reflexão e ação. No segundo momento, as equipes receberam visitas da assessoria e da equipe de gestão nos espaços sócio-ocupacionais para dialogarem sobre o reordenamento institucional nos aspectos arquitetônicos, teóricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos.

No terceiro momento, em um movimento teórico-prático, foram construídas as orientações para a Leitura do Mundo por meio da incursão territorial, que foram refletidas com as equipes das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da rede socioassistencial. Com base nas discussões de cada grupo, elaborou-se uma proposta de roteiro com cinco dimensões (cultural, ambiental, social, econômica e política) para que pudesse contemplar a participação dos usuários e do SCFV. Cada CRAS/CREAS estruturou a proposta de Leitura do Mundo de acordo com a sua realidade e organização no território.

Esse percurso tem sido realizado com avanços e recuos, mas podemos afirmar que há no conjunto da política social uma intencionalidade de avançar no sentido de atribuir um significado de direito à assistência social.

O quarto momento, iniciado em 2015, foi o da construção do plano de gestão do território do CRAS, CREAS e Centro Pop. Esse momento precisa ser aprofundado permanentemente, tendo em vista a dinâmica do território e a necessidade do envolvimento dos diversos sujeitos que compõe as ações nas unidades estatais.

Concomitante ao processo formativo, a SEDAS desencadeou várias ações de aproximação dos sujeitos; realizou encontros trimestrais coordenados pela equipe de monitoramento com os trabalhadores e dirigentes das instituições executoras dos serviços da rede socioassistencial; posteriormente, envolveu os responsáveis pelas divisões técnicas de PSB e PSE, bem como os coordenadores e técnicos de referência do CRAS e CREAS para alinhamento da compreensão dos objetivos, da essência do trabalho, do público, das equipes de referência, da metodologia, do impacto esperado, da abrangência territorial dos serviços, e da construção de fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento das unidades.

As equipes de CRAS e a Divisão de PSB realizaram encontros mensais para discutir cada uma das ações previstas nas orientações técnicas e alinharam a compreensão metodológica e operacional estabelecendo um plano de trabalho que pudesse orientar os profissionais instituindo metas e ações definidas coletivamente. Podemos destacar como principal desafio a priorização de ações coletivas e de acompanhamento em detrimento aos atendimentos individuais vinculados à concessão de Benefícios Eventuais e inserção em programas de transferência de renda. Identificou-se aí a necessidade de estabelecer uma equipe de referência para a gestão dos Benefícios Eventuais e programas de transferência de renda no órgão gestor.

A efetivação das acolhidas coletivas como estratégia para romper com a prática de plantão social provocou nas equipes maior entendimento sobre o papel dos profissionais e sobre o trabalho interdisciplinar e a metodologia proposta no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Também contribuiu para que a população começasse a entender a assistência social como política pública de direito, motivando sua participação em outras ações e serviços desenvolvidos.



Coordenações da PSB e PSE no encontro de outubro de 2015.

Tomando por referência a *Leitura do Mundo*, as unidades do CRAS organizaram incursões territoriais que consideraram as condições concretas de cada local, definindo a abrangência e o envolvimento dos usuários no processo. Foram organizados encontros preparatórios com diversos sujeitos das políticas setoriais. Assim, tem sido construída uma nova forma de gerir assistência social.

Os territórios têm promovido debates sobre Educação em Direitos Humanos (EDH) e sua interface com a política de assistência social. Essa forma inovadora tem contribuído para a inserção dos usuários, que até então não se reconheciam nessa política, o que os distanciava, portanto, do princípio da integralidade de proteção social assegurado pelo SUAS.

No que refere ao reordenamento do SCFV, o município de Franca, desde a Resolução CNAS nº 001/2013, tem coordenado uma força-tarefa para efetivar, até 2017, a inserção de 50% do público prioritário mediante encontros que discutem desde a importância do SCFV até critérios e conceitos para análise e avaliação do público atendido. Em 2014, cinco núcleos de SCFV para crianças e adolescentes foram implantados em locais com maior incidência de vulnerabilidade indicados pelo CRAS. Esses serviços, que nasceram vinculados ao PAIF, distinguiram-se dos demais, colaborando para a compreensão da distinção entre SCFV e ações

de contraturno escolar. Também foi mais bem compreendida a distinção de SCFV para Idosos das atividades desenvolvidas pelas unidades de CCI a partir do momento em que as entidades executoras adotaram a metodologia dos percursos.

No âmbito da PSE, o órgão gestor implantou, em 2013, o Centro Pop, que garantiu o atendimento especializado da população em situação de rua, e adequou parcialmente o espaço físico da unidade Abrigo Provisório Antônio de Carvalho. Deu também continuidade ao processo de reorganização do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, modalidade de abrigo institucional cuja gestão foi assumida por uma organização da sociedade civil, que garantiu a constituição de uma equipe de referência, articulando e complementando ações entre os serviços voltados a esse público. O mesmo ocorreu com Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, o que permitiu à equipe de CREAS ser reorganizada e constituída para o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Nesse contexto, foram estabelecidos técnicos de referência para cada serviço da PSE à medida que estes foram sendo implantados e reorganizados.

No segundo semestre de 2015, uma nova unidade de CREAS foi inaugurada na perspectiva de territorialização e maior integração entre as proteções sociais, já que a relação dessas unidades com as do CRAS e dos serviços socioassistenciais passou a ser estabelecida por definição do território de abrangência.

A proteção social ampliada possibilitou a superação das situações violadoras de direitos. Foram implantados: o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (Centro Dia Idosos), o Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência (Residência Inclusiva) e para Mulheres em Situação de Violência. Com a construção do Plano de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes,



Encontro formativo com os grupos de SCFV crianças, adolescentes e idosos, em agosto de 2015.

várias ações foram efetivadas, com destaque para: o estabelecimento de capacidade máxima de atendimento; a composição de equipe de referência; a descentralização das casas lares; e a expansão de metas de acordo com a demanda. A SEDAS iniciou a construção coletiva da regulação de vagas para idosos em instituições de longa permanência, com representantes das entidades executoras e CREAS.

A gestão da política de assistência social se obriga a dar continuidade ao processo de reordenamento observando as normativas e pactos de aprimoramento do SUAS, assumindo, assim, um compromisso de implementação gradativa das metas estabelecidas. Ainda no exercício de 2015, definiu-se a reorganização de toda a rede socioassistencial, tendo como referência as orientações contidas na Resolução CNAS nº 109/2009 e demais instrumentos jurídicos que indicam a importância da realização de chamamento público como forma de cumprimento dos princípios da administração pública na operacionalização dos serviços da política.

## 2.2 PSB e PSE e suas inter-relações

A gestão da política de assistência social em Franca, desde 1993, é organizada seguindo as prerrogativas da Lei nº 8742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011, sob a forma de sistema descentralizado e participativo do SUAS, redefinindo papéis e objetivos e provocando o chamado reordenamento institucional.

Ao vincular-se ao SUAS, em 2005, o município de Franca, orientado pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS), iniciou o processo de composição da rede socioassistencial, ampliando e expandido a PSB e a PSE por meio da instituição na estrutura do órgão gestor da Divisão de PSB e da Divisão de PSE, responsáveis pela organização da rede local, por nível de proteção, o que é fundamental para assegurar o atendimento da população. Essas divisões têm como objetivo: planejar, supervisionar e avaliar os serviços de PSB e PSE, bem como exercer a coordenação geral dos assuntos referentes às ações, além de participar do processo de elaboração da proposta orçamentária e do Plano Plurianual (PPA) da SEDAS; planejar, organizar e promover a formação e capacitação continuada da equipe em conformidade com as demandas identificadas nas supervisões; acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).

Também é função das divisões técnicas acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelas equipes nas unidades de atendimento que estão sob suas responsabilidades; proferir despachos em processo de sua competência; efetuar a autorização e a estatística da concessão dos Benefícios Eventuais solicitados pelas unidades, bem como realizar o controle financeiro da aquisição de produtos, serviços e equipamentos para as unidades; elaborar editais para chamamento público dos serviços e representar junto aos conselhos quando indicados.

A PSB é realizada de forma direta nas unidades do CRAS e de forma indireta em organizações da sociedade civil de interesse público, na área de abrangência territorial do CRAS. O PAIF

é um serviço essencial do CRAS, responsável por materializar o enfoque da matricialidade sociofamiliar e da territorialização.

A PSE é realizada de forma direta nas unidades do CREAS, local onde o PAEFI é ofertado, e no Centro Pop, que executa o Serviço Especializado de Atendimento para População em Situação de Rua e Abordagem Social, garantindo atendimento sistemático e as providências necessárias para a inclusão de indivíduos e famílias nos serviços socioassistenciais e em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar direitos.

### **O que fazer ao presenciar uma violação de direitos?**

Todo cidadão, ao presenciar ou ser informado sobre violações de direitos, como violência doméstica, violência contra a pessoa idosa, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, trabalho infantil ou qualquer outra situação de vulnerabilidade ou risco social, deve procurar os seguintes canais de denúncia:

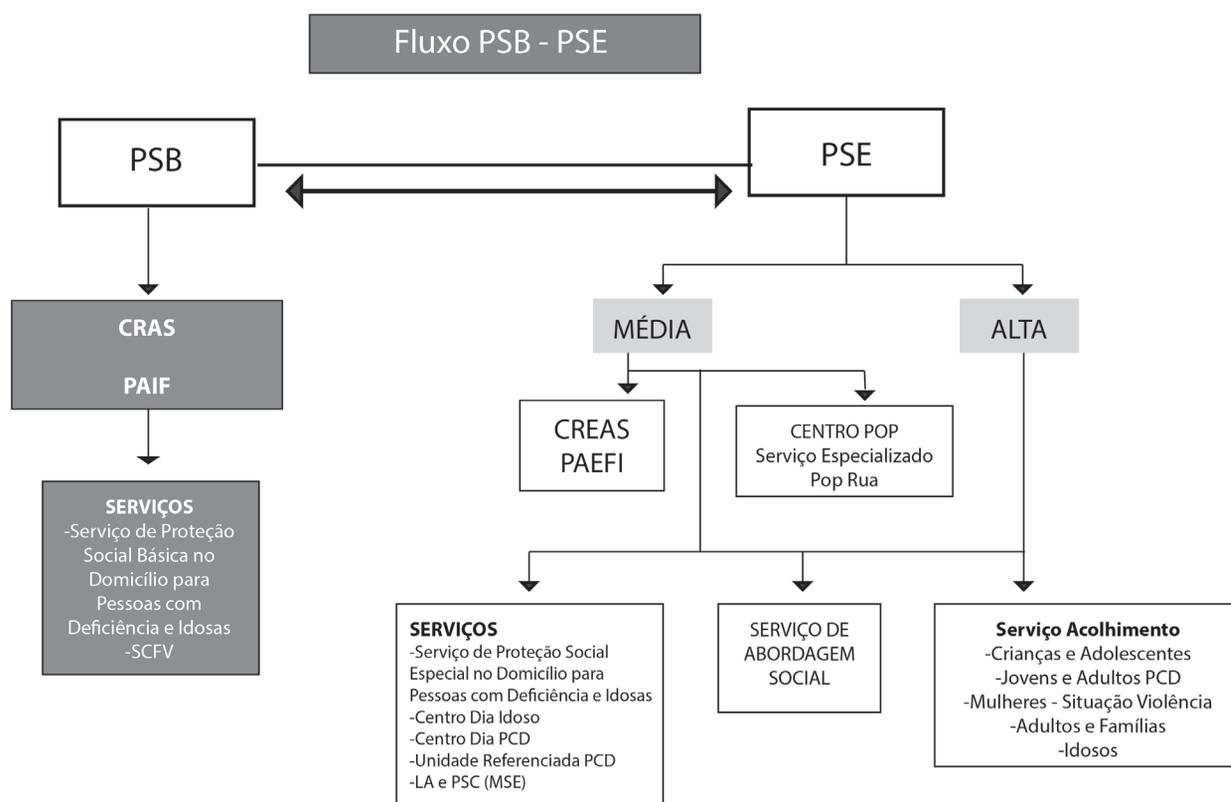
- Ouvidoria: (16) 3711-9574.
- Denúncias: Disque 100.
- Sistema de Garantia dos Direitos (Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Polícia).
- Outras secretarias que executam políticas setoriais, tais como: saúde, educação e habitação.
- Os encaminhamentos das denúncias realizadas por meio de outros órgãos ou setores são destinados à SEDAS, que disponibiliza uma equipe a fim de realizar atendimento emergencial ou encaminhamento às unidades estatais.

Para compreender os fluxos e as relações entre CRAS, CREAS, Centro Pop e os serviços executados pela rede socioassistencial privada, a SEDAS desencadeou um amplo processo de reflexão. Assim, desconstruir os fluxos baseados em meros encaminhamentos tem sido um dos maiores desafios desse percurso, considerando que a concepção estabelecida pela PNAS pressupõe diálogo, estabelecimento de vínculo e monitoramento permanente com o serviço que atende à população. Isso desafia os trabalhadores das unidades do CRAS, do CREAS e do Centro Pop a compreenderem que à medida que se estabelecem relações entre os serviços, todos assumem responsabilidades sobre o acompanhamento do usuário. Os fluxos pressupõem ações complementares, atenção conjunta e definição de atribuições. Em sua maioria, são operacionalizados, mas não estão pactuados.

## Ações para o estabelecimento e implementação de fluxos

- Coordenação da SEDAS.
- Envolvimento de toda a rede no processo de construção de protocolos de atendimento.
- Definição de fluxos e relações entre as proteções.
- Envolvimento das diferentes políticas setoriais.
- Encontros sistemáticos entre CRAS, CREAS e Centro Pop.

O fluxo a seguir foi resultado do processo do reordenamento institucional e encontra-se em fase de implantação, requerendo atenção e monitoramento para sua efetivação e aprimoramento.



## Rede socioassistencial do município de Franca

**Quadro 1: Proteção Social na Política de Assistência Social - 2015**

Órgão gestor/ unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programa/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
Secretaria de Ação Social (SEDAS)	Avenida Champagnat, 1750 – Centro	3711-9302	1.000	Programa de Transferência de Renda: Renda Mínima
			125 vagas	Programa de Transferência de Renda: Oxigenoterapia Domiciliar
			1.000	Programa de Transferência de Renda: Ação Jovem
			832 vagas	Programa de Transferência de Renda: Renda Cidadã
				Programa de Transferência de Renda: Benefício do Idoso
				Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO)
				Benefício de Prestação Continuada (BPC)
				Benefícios Eventuais
Unidade de Cadastros Sociais (UniCad)	Avenida Champagnat, 1722 – Centro	3724-0610		Programas de Transferência de Renda: Pró-Social
				Cadastro Único

**Quadro 2: Proteção Social Básica na Política de Assistência Social - Unidades Estatais - 2015**

Unidade CRAS	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/ Serviços/Benefícios Executados
Norte	Rua Ilton Barbosa da Silva, 745 - Leporace I	3703-7449 3704-8515	1.000 famílias	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
Leste	Rua Porto Velho, 1871 - Jardim Brasilândia	3725-2001	1.000 famílias	
Oeste	Rua Bruno Cilurzo, 1550 - Jardim Dermínio	3720-7119	1.000 famílias	
Centro	Rua Florianno Peixoto, 1484 - Centro	3721-0209	1.000 famílias	
Sul	Rua Zeferino dos Prazeres, 750 - Jardim Aeroporto I	3701-7109	1.000 famílias	

**Quadro 3: Proteção Social Básica na Política de Assistência Social - Rede Privada - 2015**

Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/ Serviços/Benefícios Executados
Associação Assistencial Bom Samaritano (SAEBS)	Avenida dr. Flávio Rocha, 4915 – V. Imperador	3703-0062	100 vagas	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 6 a 17 anos
Centro Espírita Sebastiana Barbosa Ferreira	Rua Padre Conrado, 1172 – Jardim Independência	3704-9098 3704-5997 9145-0404	138 vagas	
Instituição Família Cavaleiro Caetano Petrágli	Rua do Comércio, 1482 – Centro	3722-2214 3722-0250	144 vagas	
Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca	Rua Manoel Francisco Mello, 489 – Vila São Sebastião – Núcleo Vila São Sebastião	3012-2342	50 vagas	
	Rua Leandro Fernandes Martins, 1949 – Jardim Aeroporto III – Núcleo Aeroporto III	3701-7550	225 vagas	
	Rua Antônio Fortunato de Oliveira, 1880 – Jardim das Palmeiras – Núcleo Palmeiras	3012-0995	50 vagas	
	Rua Dr. Abrahão Brickmann, 2675 – Jardim Luiza I – Núcleo Santa Gianna	3012-3206	50 vagas	

**Quadro 3: Proteção Social Básica na Política de Assistência Social - Rede Privada - 2015**

Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/ Serviços/Benefícios Executados
Escola de Aprendizagem e Cidadania da Guarda Mirim de Franca (ESAC)	Rua Arnold Faria Junqueira, 1414 - Jd. Paulistano - Núcleo Jardim Paulistano (ESAC)	3725-4595	50 vagas	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 6 a 17 anos
Obras Assistenciais dr. Ismael Alonso Y Alonso	Rua Tarsila do Amaral, 550 - Recreio Campo Belo	3705-4411 9969-1844	25 vagas	
Associação de Instrução Popular e Beneficência Centro Promocional Nossa Senhora de Lourdes (CEPROL)	Rua Major Claudiano, 1501 - Centro	3722-3260	144 vagas	
	Rua Thomas Pereira Goulart, 631 - City Petrópolis - Núcleo City Petrópolis	3723-2278	50 vagas	
Escola de Aprendizagem e Cidadania da Guarda Mirim de Franca (ESAC)	Rua Couto Magalhães, 1471 - Centro	3720-9944	90 vagas	
		3403-9071		
Fundação Espírita Judas Iscariotes	Rua José Marques Garcia, 395 - Cidade Nova	3702-2706	200 vagas	Proteção Social Básica (PSB)
	Rua Arnold Faria Juqueira, 1350 - Jd. Paulistano I	3725-0200	100 vagas	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 6 a 17 anos
Templo Espírita Vicente de Paula	Rua Floriano Peixoto, 2267 - Centro	3723-5556	130 vagas	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) - Idoso

Quadro 3: Proteção Social Básica na Política de Assistência Social - Rede Privada - 2015				
Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programa/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
Centro de Integração da Terceira Idade – Lions Clube Franca Sobral	Avenida Moacir Vieira Coelho, 3320 – Jardim Redentor	3703-5611	200 vagas	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Idoso
Voluntários Sociais de Franca	Rua Ouvidor Freire, 2553 – Centro	3722-2696	100 vagas	
Associação dos Deficientes Físicos de Franca (ADEFI)	Rua Jamil Abdalla, 411 – Jardim Maria Rosa	3723-7794	50 vagas	Proteção Social Básica (PSB)  Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos

Quadro 4: Proteção Social Especial na Política de Assistência Social - Unidades Estatais - 2015				
Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
CREAS Centro	Rua General Carneiro, 1937 - Centro	3720-2921 3723-9394	309 famílias	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI)
Creas Moema	Rua Jenes Benedito de Souza, 2141 - Parque Moema	3705-9478	300 famílias	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI)
Centro Pop	Av. dr Hélio Palermo, 3344 - Vila Monteiro	3702-9289 3702-8667	25 pessoas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço Especializado em Abordagem Social
			876 pessoas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

**Quadro 5: Proteção Social Especial na Política de Assistência Social - Média Complexidade - Rede Privada – 2015**

Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programa/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
Escola de Aprendizagem e Cidadania da Guarda Mirim de Franca (Esac)	Rua Prof. Carmelino Corrêa Junior, 2014 - São José	3720-9944 3403-9071	70 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de proteção social a Adolescentes em cumprimento de medida Socioeducativa de Liberdade Assitida (LA)
Casa São Camilo de Lellis	Rua José Franchini, 2661 - Jd. São Luiz II	3725-8277 9166-8498	70 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - Domicílio do Usuário
			15 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Família - Modalidade Centro Dia de Idosos
Liga de Assistência Social e Educação Popular (LASEP)	Rua Voluntário Adriano Cintra, 1860 - Vila Pandolfo	3723-5059 99968-4654	30 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - média complexidade  Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias - Modalidade Centro

**Quadro 6: Proteção Social Especial na Política de Assistência Social - Alta Complexidade - Rede Privada - 2015**

Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
Instituto José Edison de Paula Marques (IJPAM) - 9 Casas Lares	Rua Marechal Deodoro, 1192 - Centro (administração)	3703-4465	60 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Modalidade Casas Lares
Sociedade Espírita Legionárias do Bem - Recanto Esperança	Rua Salim Emer, 350 - São Joaquim	3703-2405	22 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - Modalidade Abrigo Institucional

**Quadro 6: Proteção Social Especial na Política de Assistência Social - Alta Complexidade - Rede Privada - 2015**

Unidade	Endereço	Telefone	Meta anual	Programas/Projetos/Serviços/ Benefícios Executados
Secretaria de Ação Social (SEDAS)	Av. Voluntários de Franca, 1977 - Centro	3701-1058	42 famílias e 17 crianças	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
Casa de Acolhida Filhos Prediletos	Av. Dom Pedro I, 5549 - Vila Gosuen	3703-0666 3703-2683	2.400 pessoas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Modalidade Abrigo Institucional
Fundação Espírita Judas Iscariotes	Rua Ofélia Soares Russo, 994 - Jardim Planalto	2104-7700 3727-6975	10 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência - Modalidade Residência Inclusiva
Associação Mão Amiga do Amparo Feminino (AMAFEM)	Rua Walter Barbosa, 2991 - Jd. Luiza 1 (administração)	3723-9636	5 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de violência
Fundação Espírita Judas Iscariotes	Rua Ofélia Soares Russo, 994 - Jd. Planalto	2104-7702	134 vagas	Proteção Social Especial (PSE) - alta complexidade
Lar de Idosos Eurípedes Barsanulfo	Rua Morched Elias, 4653 - Jd. Santa Mônica	3705-4354	20 vagas	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (LPI)
Departamento de Promoção Vicentina	Rua Frederico Ozanam, 1111 - Jardim Conceição	3722-3117	32 vagas	
Instituição Espírita Nosso Lar	Av. Amélia Antunes Pinheiro, 1123	3722-0367	38 vagas	
Sociedade Francana de Instituição e Trabalho para Cegos	Rua Santa Catarina, 808 - Vila Aparecida	3725-9212	4 vagas	
Casa São Camilo de Lellis	Rua José Franchini, 2661 - Jd. São Luiz II	3725-8277 9166-8498	30 vagas	

## 2.3 Atribuições e funcionamento do CRAS, CREAS e Centro Pop em Franca

O município de Franca conta com cinco unidades estatais de proteção básica – localizadas nas regiões norte, sul, leste, oeste e centro –, que desempenham as funções de gestão da proteção básica no seu território e oferta do PAIF.

“A gestão territorial da proteção básica responde ao princípio de descentralização do SUAS e tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximo do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o encaminhamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Destacam-se: articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; promoção da articulação intersetorial e busca ativa” (BRASIL, 2009c, p. 20).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) define para os municípios de grande porte a seguinte equipe de referência (BRASIL, 2006): quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um outro profissional de nível superior que compõe o SUAS e quatro profissionais de nível médio. Há indicação de um profissional de nível superior para assumir a coordenação da unidade.

No nível de proteção social de média complexidade, existem três unidades: duas de CREAS – uma, localizada na região central, que é referência para a população residente nas regiões sul, leste e centro; outra, na região norte, que atende aos moradores das regiões oeste e norte – e uma unidade do Centro Pop.

O CREAS constitui-se em *locus* de referência, nos territórios, para a oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos. É também referência dos serviços especializados de caráter continuado para esse público e executa o PAEFI. O Centro Pop é a unidade que oferta atendimento especializado à população em situação de rua.

“A oferta do trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito da autonomia e dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação a situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso aos direitos” (BRASIL, 2011c, p. 28).

“É fundamental que os serviços para a população em situação de rua oportunizem espaços de discussão sobre o impacto que as representações sociais negativas provocam nas identidades pessoais das pessoas em situação de rua, nas dificuldades encontradas para acessar direitos, na violência simbólica a qual são submetidas e na interiorização de imagens e esquemas estigmatizantes, que acarretam sentimento de humilhação, segregação e rebaixamento da autoestima” (BRASIL, 2011d, p. 30).

A equipe de referência para as unidades do CREAS e Centro Pop com capacidade de até 80 pessoas está assim definida: um coordenador, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um advogado, quatro profissionais de nível superior ou médio e dois auxiliares administrativos. As unidades estatais de PSB e PSE possuem horário mínimo de funcionamento, com jornada diária de nove horas de forma ininterrupta de segunda a sexta-feira.

O município ainda não conseguiu constituir as equipes de referência definidas na legislação, uma vez que a contratação de novos profissionais fica condicionada à observância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece limites de gastos com recursos humanos. Essa estrutura ainda é insuficiente para o atendimento da população mais vulnerável diante das dimensões populacional e territorial.

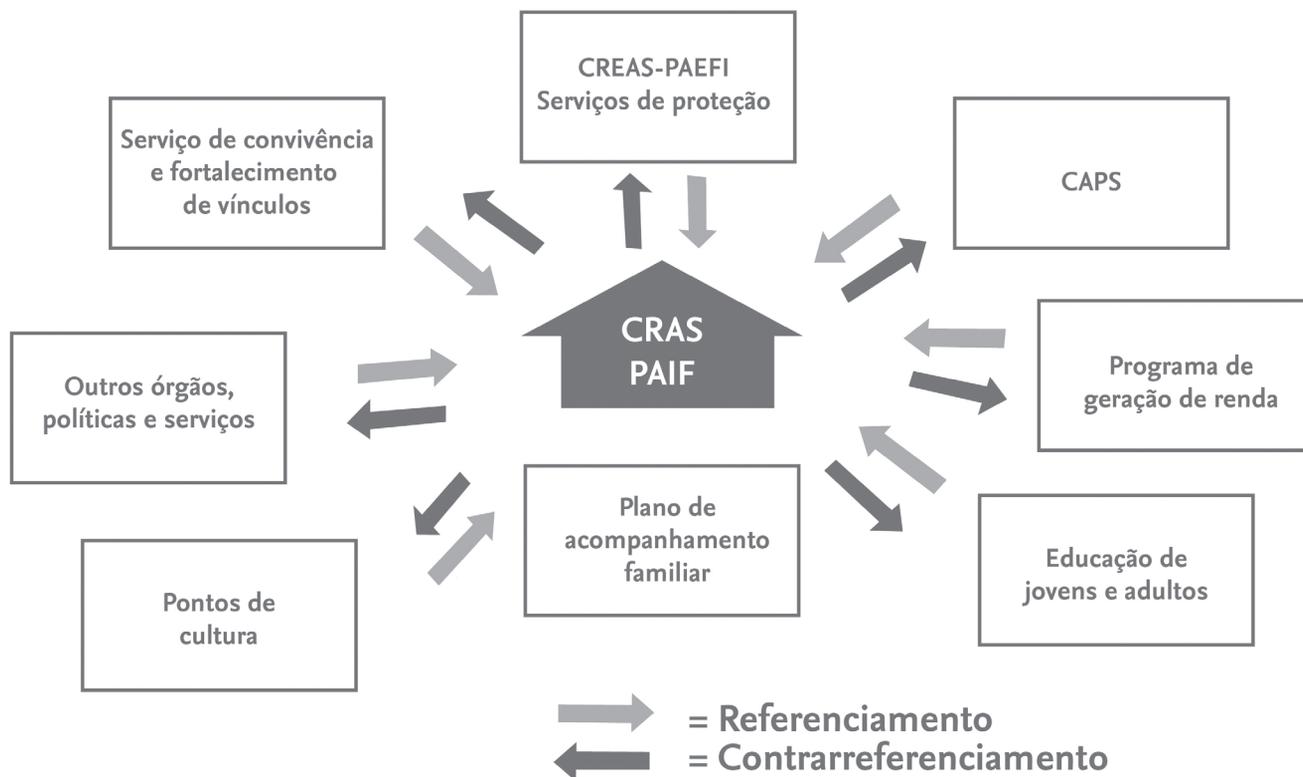
As normativas também estabelecem a responsabilidade exclusiva das unidades estatais no referenciamento da população para inserção nos serviços socioassistenciais executados pela rede privada.

## 2.4 Referenciamento e contrarreferenciamento

Como anunciado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), “é a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organizam os serviços referenciados ao CRAS” (BRASIL, 2009b, p. 5). Nesse sentido, “o referenciamento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz da política de assistência social” (idem, *ibidem*).

No que concerne ao PAEFI, este “articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos” (idem, p. 18). Assim, deve-se assegurar o atendimento qualificado, imediato e criador de estratégias “para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito” (idem, *ibidem*).

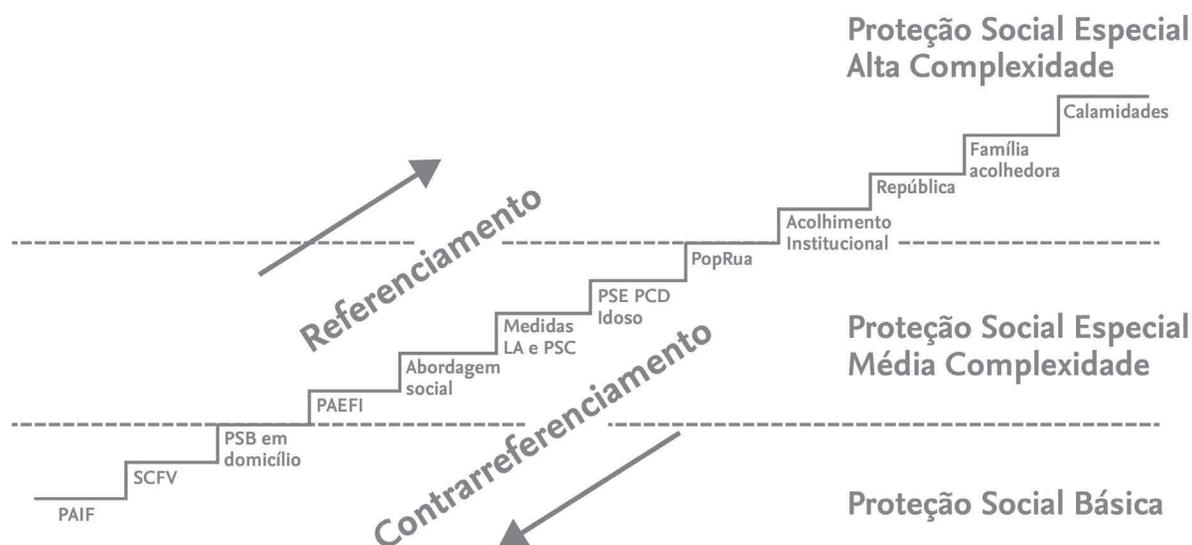
Dessa forma, podemos entender que ambos os serviços deverão estar integrados para o desenvolvimento da proteção social, cada qual no seu nível, sendo o encaminhamento e o contrarreferenciamento os procedimentos que concretizam essa ação articulada no enfrentamento de uma mesma situação. Precisamos compreender que o ordenamento dos serviços do SUAS ocorre a partir do PAIF em direção àqueles de maior complexidade.



Assim, sempre que houver a direção de acionamento de um serviço de menor complexidade para outro mais especializado, denominar-se-á esse movimento de encaminhamento, ao passo que em sentido contrário será denominado contrarreferenciamento. Logo, “a diferenciação entre encaminhamento e contrarreferenciamento refere-se à posição de cada um na escala das proteções. Não se trata da ordem temporal, onde primeiro seria o encaminhamento e depois o retorno na forma de contrarreferenciamento” (IPF, 2015a, p. 46).

É necessário ressaltar que ao fazer o encaminhamento ou o contrarreferenciamento se ampliam as margens de possibilidade dos serviços de proteção às famílias, sem retirar o acompanhamento e responsabilidades das unidades para com estas. Para isso, é fundamental que tenhamos um conhecimento prévio da rede socioassistencial e de suas especificidades, bem como de sua capacidade e critérios de atendimento. Portanto, construir conjuntamente os instrumentais de encaminhamento e contrarreferenciamento é parte importante do processo, porque aprimora os fluxos e contribui para a constituição da identidade comum necessária à ação integrada.

# Referenciamento e contrarreferenciamento



É importante salientar que, para garantir o direito dos usuários, é necessário que seja feito estudo minucioso da necessidade e do momento do referenciamento e contrarreferenciamento. Da mesma maneira, o referenciamento deve ser o resultado do estudo do caso pela equipe da PSB. É imprescindível que as equipes de PSB e PSE compartilhem ao máximo seus fazeres e saberes, considerando que se trata de um só sistema. O caráter sistêmico se dá exatamente pela sincronia de integrantes diferentes entre si em torno de objetivos comuns.

Após a realização da IX Conferência Municipal da Assistência Social de Franca (2015) e a consequente aprovação do PMAS 2014-2017, pactuou-se como prioridade o reordenamento e a ampliação da rede de atendimento de média complexidade, bem como o alinhamento conceitual e metodológico dos serviços referenciados ao CREAS.

Tal alinhamento será construído tomando-se como estratégia a realização de encontros trimestrais (entre equipe de monitoramento, diretoria de PSE e rede de serviços para aproximação e aprofundamento conceitual) e mensais (entre as equipes da rede e unidades estaduais) para discussão de casos e fluxos de referenciamento e contrarreferenciamento.

O PMAS também prevê, dentre outras prioridades e ações, a qualificação do Serviço de Atendimento Especializado a População em Situação de Rua (Centro Pop) por meio da integração e pactuação de fluxos de atendimento com o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, dentre outras medidas.

## **Fluxos entre as proteções**

### **Como deve ser o fluxo de acompanhamento das famílias referenciadas e não referenciadas no SCFV?**

Cabe ao CRAS o atendimento ou acompanhamento das famílias com base no Plano de Acompanhamento Familiar, elaborado em conjunto pela equipe técnica e pela família depois da acolhida. Nesse plano estarão especificados os encaminhamentos e a forma de acompanhamento pelo CRAS, que poderá conter a participação da família em oficinas/grupos, encontros regulares técnico-família e, inclusive, visita domiciliar (conforme o caso). O importante é que a forma de acompanhamento seja pactuada com a família e a equipe mantenha um sistema de monitoramento para o cumprimento do plano.

Durante esse processo, se verificada a necessidade, a equipe estabelecerá estratégias para revisar o plano com a família, chamando-a para um atendimento, visitando-a ou estabelecendo outra ação que considerar pertinente.

As famílias inseridas no serviço por demanda espontânea antes do processo de reordenamento devem ser gradativamente atendidas e inseridas nas ações do PAIF de acordo com as demandas apresentadas.

### **Quando a família está sendo acompanhada pelo CRAS e é referenciada ao CREAS e Centro Pop, o CRAS continua com a família nas ações básicas (documentação civil, Benefícios Eventuais, Programa de Transferências de Renda, inclusão no Cadastro Único e encaminhamentos para o SCFV e domicílio)?**

Na medida em que a família passa a ser acompanhada pelas unidades estatais de média complexidade, as duas proteções deverão acordar os procedimentos relativos ao caso para evitar sobreposição de ações. Como regra, a continuidade das providências mais simples, como requisição de documentos, Benefícios Eventuais e agendamento para a inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) podem ser tomadas pelas equipes do CREAS e Centro Pop. Já para a inclusão no SCFV, o CREAS deve informar ao CRAS, que realizará a inserção prioritariamente.

### **O Plano de Acompanhamento Familiar é elaborado com a equipe do CREAS?**

O Plano de Acompanhamento Familiar deve ser construído pela equipe do CRAS com a família. Nele estará previsto inclusive o encaminhamento ao CREAS, se necessário. Feito isso, as equipes deverão dialogar para que se compreenda o processo desencadeado e sua continuidade. O CREAS, por sua vez, realizará também um plano com a família, considerando as especificidades de sua atuação no que se refere à violação de direitos.

**Quando a família é contrarreferenciada do Centro Pop para o CREAS, ela pode ser encaminhada ao CRAS?**

Nesse caso, não se trata de contrarreferenciamento, uma vez que as duas unidades estatais estão no mesmo nível de proteção social. O Centro Pop, com base no vínculo que constrói com a família, estabelecerá se há necessidade de encaminhamento ao CREAS. Para tanto, as duas equipes devem ter muito claro o trabalho desenvolvido e a adequação ou não da atuação do CREAS no caso. O contrarreferenciamento ao CRAS se dará observando a região de moradia da família, para possibilitar o restabelecimento de vínculos a fim de identificar as condições do território para seu eventual retorno.

**Quando a família é referenciada do CREAS para o CRAS, o CREAS encerra o atendimento?**

Nesse caso, chama-se contrarreferenciamento, na medida em que desce o nível de proteção. O contrarreferenciamento não deve acontecer somente no momento do desligamento do CREAS, mas bem antes. Deveria ser um processo gradual, com a inserção da família nas atividades coletivas (oficinas) ou outras disponíveis no território, implicando uma forma de acompanhamento pela equipe do CRAS até que ambas as equipes decidam pelo desligamento do CREAS, que voltará a ser acionado caso se verifique nova necessidade.

**Em se tratando de um SCFV, o convite de participação para crianças e idosos do território deve ser feito pelo próprio serviço ou pelo CRAS?**

O fluxo construído com base no reordenamento estabeleceu que todas as inserções ocorram por meio do CRAS, garantindo a complementaridade ao PAIF. Demandas espontâneas que chegam diretamente na unidade executora do SCFV devem ser encaminhadas ao CRAS para validação da inserção.

**Como posso saber mais sobre as vulnerabilidades e violações sofridas por crianças e idosos encaminhados pelo CRAS?**

A relação do técnico de referência com as equipes dos serviços deve ser estabelecida de forma que todas as informações iniciais relevantes para a inserção do usuário sejam de conhecimento da equipe do SCFV. Estabeleceu-se que esses dados devem estar contidos nos relatórios de inserção.

**Quando uma criança ou idoso deixa de frequentar o serviço, este pode realizar contato telefônico e domiciliar ou deve aguardar o CRAS que a(o) referenciou?**

A equipe do SCFV deve estabelecer esse contato, mas não pode deixar de informar a ausência do usuário ao técnico de referência. Deve utilizar-se das relações mensais de frequência, reuniões periódicas e extraordinárias, relatórios e *e-mails*. O registro da situação e da motivação de baixa frequência ou abandono é fundamental.



# Capítulo 3

## Instrumentalidade da política de assistência social

---

## A Vida Verdadeira

[...]

*Aqui tenho a minha vida:  
feita à imagem do menino  
que continua varando  
os campos gerais  
o que reparte o seu canto  
como o seu avô  
repartia o cacau  
e fazia da colheita  
uma ilha de bom socorro.*

*Feita à imagem do menino  
mas à semelhança do homem:  
com tudo que ele tem de primavera  
de valente esperança e rebeldia.*

*Vida, casa encantada,  
onde eu moro e mora em mim,  
te quero assim verdadeira  
cheirando a manga e jasmim.  
Que me sejas deslumbrada  
como ternura de moça  
rolando sobre o capim.*

*Vida, toalha limpa,  
vida posta na mesa  
vida brasa vigilante,  
vida pedra e espuma,  
alçapão de amapolas,  
o sol dentro do mar,  
estrume e rosa do amor:  
a vida. Mas é preciso merecer a vida.*

**Thiago de Mello**

*Faz escuro mas eu canto.* 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,  
1999, p. 8.

### 3.1 Concepção de instrumentalidade

É na vida cotidiana que os seres humanos desempenham um conjunto de atividades que caracteriza a reprodução do homem particular. No entanto, no dia a dia, a satisfação das necessidades humanas apenas se torna consciente para o homem, como homem particular, à medida que atendem às necessidades do “eu” (HELLER, 2000). Portanto, faz-se necessário pensar a estreita relação entre vida cotidiana e trabalho na sociedade capitalista. Conforme Iamamoto (2001, p. 16), nessa sociedade

[...] a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores.

Essa concepção nos auxilia na compreensão das famílias que atendemos por meio da política de assistência social e fortalece nossa identidade de classe trabalhadora, uma vez que percebemos a existência de um sistema que nega direitos, ao passo que as pessoas não se negam ao trabalho. Desse modo, a instrumentalidade é a capacidade que os trabalhadores adquirem no processo sócio-histórico para formular respostas profissionais que materializam sua intencionalidade no cotidiano. É mediante essa capacidade, adquirida no exercício profissional, que os trabalhadores da assistência social modificam as condições objetivas e subjetivas, bem como as relações sociais e interpessoais existentes (GUERRA, 1995).

A instrumentalidade é construída no processo de trabalho, na rotina do trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme Guerra (2007), a utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Sendo assim, a utilidade social do trabalhador do SUAS, vinculada às políticas sociais, pode ser pensada com base em três dimensões.

A primeira diz respeito à instrumentalidade profissional como meio de manutenção da ordem vigente, no intuito consciente ou inconsciente de manutenção das violações realizadas contra as populações mais vulneráveis de um dado território.

A segunda refere-se à instrumentalidade das respostas profissionais, em seu aspecto instrumental-operativo. Essa dimensão expressa-se de duas formas. Primeiramente, nas funções requisitadas ao assistente social, visando à execução, operacionalização e implementação de políticas sociais. Em segundo lugar, “no horizonte do exercício profissional” (GUERRA, 1995, p. 26), ou seja, no cotidiano das “classes vulnerabilizadas” (idem, ibidem), visando modificar “as variáveis do contexto social e intervir nas condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos” (idem, ibidem), por meio da mudança de valores, comportamento, atitudes e hábitos.

Alerta-se para o alto grau de superficialidade e de imediatismo das duas formas de expressão dessa segunda dimensão, em especial a segunda, que delega ao indivíduo a capaci-

dade de transformação da sua realidade social por meio da mudança de seu comportamento, de sua postura. Percebe-se somente os efeitos e não a causa, ou os fatores de exclusão e a raiz das violações.

Segundo Guerra (2000, p. 6),

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos).

Uma terceira dimensão se relaciona à instrumentalidade como mediação. Segundo a autora, identificar a instrumentalidade como mediação significa perceber o serviço social como um conjunto de múltiplas dimensões: “técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa” (idem, *ibidem*). Significa, por sua vez, tomar a instrumentalidade como uma particularidade, como campo de mediações que tem a capacidade tanto de articular essas múltiplas dimensões quanto de ser a via pela qual elas serão viabilizadas.

Cabe destacar que essa reflexão sobre os instrumentais técnicos operativos não é exclusiva dos assistentes sociais, mas de todos os trabalhadores do SUAS. Por fim, vale destacar que os instrumentais utilizados no exercício profissional não são neutros, embora apresente limites de acordo com as contradições das políticas sociais. Dessa forma, a escolha entre um e outro formulário deve ser guiada pela concepção de mundo de homem, mulher, criança e adolescente, bem como pela política social que norteia os profissionais do SUAS, em defesa da cidadania ou não. Isso também significa dizer que existem ações individuais e coletivas que afetam os trabalhadores do SUAS como um todo.

## **Desafios da práxis profissional**

No que diz respeito às metas fixadas no Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS para 2014-2017, verifica-se a necessidade de estabelecer procedimentos e protocolos, bem como processar informações, que nos permitam primeiramente compreender as metas, conhecer as vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais que vão além da insuficiência de renda, para só então definir ações e estratégias para o enfrentamento da questão social.

## 3.2 Conceção de família na PNAS

A família é compreendida como uma instituição social histórica, fundada em laços consanguíneos ou de afetividades, em que há a primeira inserção do sujeito na cultura e sociedade vigente. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos membros, independentemente de seu arranjo. É em seu interior que se constroem aportes afetivos estruturantes e também valores éticos e humanitários.

O trabalho com as famílias dos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no qual o serviço está referenciado. A concepção de família que orienta a atuação do SCFV é a mesma presente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e representa um dos avanços da política de assistência social na sociedade brasileira.

A relevância da família pode ser percebida quando entendemos que ela é a primeira forma de sociabilidade que a criança vivenciará, desenvolvendo nesse espaço suas primeiras relações sociais. Conforme destaca Pini (2015, p. 107):

[...] é no contexto familiar que as pessoas vivem as primeiras experiências de relações sociais, constroem posições com referência às ideias da família, bem como assimilam valores, princípios, conflitos, enfim, processam o universo emocional do seu grupo de origem.

Na atualidade, as diversas composições de famílias exigem posturas de profissionais, do Estado, das políticas sociais e da sociedade que assegurem os direitos de cada grupo familiar. Nesse sentido, é importante aprofundar o conhecimento dessas composições. O debate sobre família perpassa experiências diversas dos indivíduos, bem como suas próprias inter-relações. Historicamente, as relações sociais foram construtoras e legitimadoras de diversos arranjos familiares, tais como:

- Família monoparental: apenas um responsável pelo(s) filho(s). Pode ser feminina (quando é apenas a mãe) ou masculina (quando é apenas o pai).
- Família estendida: quando reside na mesma casa vários membros, por exemplo, pais, filhos, avós, tios, entre outros.
- Família reconstituída ou mosaico: quando os pais das crianças são divorciados e se casam/amasiam novamente.
- Família nuclear: constituída por pais e filhos.
- Família homoparental/homoafetiva: casal de pessoas do mesmo sexo que tenham filhos ou não.

Além das composições familiares que estão postas na sociedade, é importante perceber a própria mudança ocorrida no Código Civil de 2004, que reorganizou os direitos dos integrantes da família, extinguindo o pátrio poder.

Conforme preconiza a PNAS, a família constitui “espaço privilegiado e insubstituível de proteção social e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (Brasil apud TEIXEIRA, 2009, p. 41).

A PNAS destaca ainda que:

[...] o grupo familiar e a comunidade são lugares naturais de proteção e inclusão social, vínculos relacionais para a implementação de projetos coletivos de melhoria da qualidade de vida e salienta que, como estratégia de implementação e de serviços integrados de atenção à família, visa alterar a condição de vida familiar e não apenas a de seus membros, como forma de superar as ações fragmentadas, segmentadas e setorizadas (idem, p. 50).

Materializando a centralidade que a família ocupa na PNAS e no SUAS, há dois serviços importantes: o Serviço de Proteção de Atendimento Integral à Família (PAIF), voltado para o desenvolvimento de ações preventivas, protetivas e proativas; e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduo (PAEFI), que prevê o enfrentamento e a superação das situações de violação de direitos. Esses serviços consistem no atendimento contínuo e sistematizado das famílias de forma que as ações e estratégias adotadas possam apoiá-las e fortalecê-las na sua função protetiva. Pressupõe o envolvimento e a participação das famílias em todo processo – de forma que a relação estabelecida entre os usuários e o serviço tenha significado em sua trajetória de vida – e apresenta como pressuposto que “a família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência” no processo de sociabilidade, atentando para o fato de “que o Estado tem o dever de prover proteção social, respeitada a autonomia dos arranjos familiares” (BRASIL, 2006, p. 28). Esse é o desafio do trabalho com família na PNAS.

### **3.3 O trabalho com família no PAIF e PAEFI**

O trabalho social com famílias no PAIF e no PAEFI visa produzir aquisições materiais e socioeducativas no intuito de suprir suas necessidades de reprodução social e desenvolver suas capacidades para o exercício da cidadania e participação na vida pública. Esses serviços têm por objetivos identificar as fontes de dificuldades familiares, as possibilidades de mudanças e os recursos necessários para que as famílias consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida. Assim, almeja-se: fortalecer a função protetiva da família e superar a violação de direitos; prevenir a ruptura de vínculos; potencializar o protagonismo e a autonomia; viabilizar o acesso à rede de proteção social e demais serviços setoriais;

oferecer espaços coletivos de escuta qualificada; permitir a troca de vivências; proporcionar reflexões; e fortalecer vínculos familiares e comunitários.

Para a operacionalização das ações de fortalecimento de vínculos e da família como sujeito histórico, é fundamental que se faça escolhas metodológicas que garantam a articulação e que estimule a participação e a reflexão das famílias, fortalecendo suas capacidades e potencialidades na conquista da cidadania. Nesse sentido, faz-se necessário que os profissionais reflitam sua prática cotidianamente, levando em consideração a perspectiva da interdisciplinaridade.

O poeta João Cabral de Melo Neto (1920-1999) nos ensina com sua poesia que “um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos” (MELO NETO, 1968, p. 12). Da mesma forma, mostra-se relevante a atuação interdisciplinar, quando abordada no sentido de assegurar os diferentes saberes para construir respostas com a família. Precisamos atuar nos diferentes arranjos, sem perder de vista sua unidade. Precisamos conhecer “os galos”, respeitando os seus diversos cantos e formas de tecer a manhã.

Nesse processo, a defesa intransigente dos direitos humanos promovida pelos trabalhadores na relação com os usuários contribui para a convivência com a diversidade e respeito integral ao ser humano. Essa visão crítica e política afirma a identidade coletiva e colabora para uma cultura cidadã ativa, auxiliando na elaboração de um processo de democratização social e na produção de vida digna a todas as famílias. A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar (BRASIL, 2004).

### **3.4 O percurso no SCFV para Crianças e Adolescentes**

Nesses 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é essencial apreender o seu conjunto de valores e princípios, bem como aqueles preconizados pela Constituição Federal e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) direcionados à proteção das crianças e dos adolescentes. Esses marcos legais nos provocam a olhar a realidade de modo que consigamos projetar novas intervenções para a transformação social.

A sociedade brasileira conquistou um sistema normativo nacional e internacional dos direitos humanos da criança e do adolescente. Por isso, todas as pessoas com idade até 18 anos têm assegurada a prioridade absoluta na formulação de políticas sociais diante da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude” (BRASIL, 1990, Art. 4o).

Nesse paradigma da doutrina de proteção integral, a criança e o adolescente precisam ser inseridos em todos os espaços da vida social, de forma a promover sua participação efetiva para que o exercício da cidadania ativa seja vivenciado desde a mais tenra idade. As estratégias para a inserção das crianças precisam dialogar com o seu processo de desenvolvimento. Por isso, abordagens, linguagens e recursos precisam ser planejados. A criança e o adolescente passam a compreender que fazem parte dos processos decisórios e com isso contribuem para a construção de novos espaços de socialização na vida cidadã.

Na direção desses princípios, as *Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos* (BRASIL, 2010) caracteriza o SCFV e o vincula à Proteção Social Básica (PSB), com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação cidadã, desenvolvimento do protagonismo e autonomia, com base em interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

O acesso ao serviço se dá sempre por intermédio do CRAS/PAIF, que poderá receber demanda espontânea, realizar Busca Ativa, bem como receber encaminhamentos da rede socioassistencial e das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Entretanto, no caso de crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil ou vivenciando outras violações de direitos, o acesso se dá por encaminhamento do CREAS/PAEFI.

O documento estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (BRASIL, 2009b).

Durante as atividades realizadas com os usuários do SCFV, busca-se sempre o desenvolvimento de ações que favoreçam a reflexão, bem como a convivência familiar e comunitária: rodas de conversa; diálogos; exibição de filmes e discussão; conversa sobre a realidade vivenciada por eles e sobre a diversidade (etnias, religiões, culturas, sexualidade); e trocas de experiência.

Os eixos estruturantes de convivência social e participação organizam o trabalho educativo com crianças e adolescentes no SCFV. Por isso, os temas são extraídos do contexto local, identificando temáticas na realidade sociocultural do território, vivências individuais, sociais e familiares dos participantes de cada grupo. Quando se conhece a realidade dos sujeitos, é possível formular atividades que dialoguem com suas expectativas.

As estratégias metodológicas no trabalho com crianças e adolescentes precisam considerar as respectivas faixas etárias. Quando há um número de crianças e adolescentes insuficiente para que sejam organizados por grupos etários, as atividades são organizadas contemplando diferentes faixas etárias e são planejadas de forma adaptada e atrativa. As múltiplas linguagens – como teatro, música, dança, cordel, *fanzine*, entre outros – são essenciais para o desenvolvimento do trabalho com criança e adolescente.

O SCFV é organizado por faixas etárias, com flexibilidade para situações específicas:

- SCFV para crianças de até 6 anos;
- SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos;
- SCFV para jovens de 15 a 17anos;
- SCFV para adultos de 18 a 59 anos;
- SCFV para idosos.

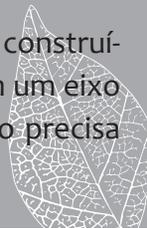
A construção dos princípios de convivência é uma etapa metodológica que envolve crianças e adolescentes no processo de discussão, reflexão e pactuação de direitos e responsabilidades no SCFV. O desenvolvimento das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos asseguram momentos e oportunidades relacionados à formação dos grupos e à consolidação e mobilização no território. Como sugestão para o processo de elaboração dos princípios de convivência, é possível considerar as seguintes etapas:

1. Organização do tempo e do espaço.
2. Reunião dos participantes.
3. Definição dos compromissos preliminares.
4. Definição dos princípios que serão respeitados pelo grupo.
5. Mediação.
6. Redação e aprovação da proposta final dos princípios de convivência.

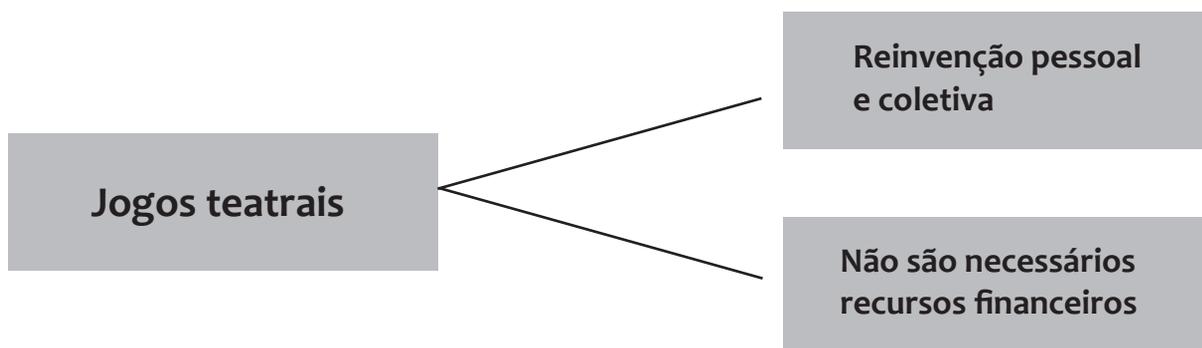
É importante destacar que para realizar o planejamento das atividades é preciso assegurar a participação do técnico de referência do CRAS, o orientador social, o facilitador de oficinas e as crianças e os adolescentes participantes do SCFV. Essa participação ativa é processual, desde a concepção da atividade até a avaliação. Exige a criação dos meios que faci-

litem a efetiva tomada de decisão. Por isso, o orientador social tem um papel fundamental. Para assegurar o pleno funcionamento do trabalho e o diálogo entre as pessoas envolvidas, é essencial perceber se os objetivos traçados estão sendo alcançados.

Durante o processo formativo de 2015 com o SCFV, várias reflexões foram construídas relativas ao percurso. A seguir, uma proposta de abordagem com base em um eixo a ser trabalhado com crianças e adolescentes. O detalhamento metodológico precisa integrar-se ao planejamento do percurso.



### Eixo Convivência social – SCFV para Crianças e Adolescentes



### Primeiro passo

Rodas de conversa como momento de escuta e preparação para as oficinas teatrais.

### Segundo passo

Crianças e adolescentes criam e representam peças baseadas em suas próprias histórias.

**Avaliação:** sistematizar a vivência.

### Terceiro passo

Rodas de conversa com os familiares, explorando os conflitos, as violações, o convívio com as crianças e adolescentes, e o que querem construir para o futuro.

### Quarto passo

A família é convidada a assistir e a interagir, entrando em cena para transformar a realidade apresentada pela criança.



### 3.5 O percurso no SCFV para Idosos

Atualmente, no Brasil, existem 23,5 milhões de homens e mulheres com mais de 60 anos de idade, número que representa 12,1% da população. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), daqui a vinte anos, as projeções são de que esse número salte para 14,5% (IBGE, 2011). O processo de transformação demográfica vivenciada no país tem duas razões: uma delas é a queda na taxa de natalidade e fecundidade e, a outra, o aumento da expectativa de vida, que passou de 55,9 anos (na década de 1960) para 74,9 anos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (idem).

Entre as mulheres, a expectativa de vida é ainda maior, 78,5 anos de idade, contra 71,2 para os homens (IBGE, 2013). Os dados do Censo Demográfico de 2000 já apontavam para uma “feminilização da velhice” (CAMARANO, 2004, p. 34). Do total de idosos contabilizados pelo Censo, 55% eram mulheres (IBGE, 2000). Esses números, quando desagregados em subgrupos de idade, mostram uma proporção ainda maior do sexo feminino.

Esse aumento na expectativa de vida deve-se a diversos fatores, dos quais destacamos a expansão da rede de saneamento básico, o avanço da medicina, a criação de novos medicamentos e a queda na mortalidade infantil. Como consequência direta do envelhecimento da população, do ponto de vista da máquina pública, tem-se um aumento gradativo das despesas com previdência social, assistência social e saúde.

Já do ponto de vista do indivíduo, a população que chega a essa idade encontra sérias dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento. A composição nuclearizada da família contemporânea, que é compelida a moradias cada vez menores, a crescente desvalorização da aposentadoria e das pensões e o aumento no custo de vida acabam por agravar a situação econômica da população idosa (GOLDMAN, 2003). Nesse sentido, a pobreza é mais dolorosa entre os idosos. Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cerca de 70% dos idosos recebem um salário mínimo por mês (idem). Contraditoriamente, o aumento da expectativa de vida revela uma das maiores conquistas do país, que é o envelhecimento de sua população.

#### **A construção dos direitos**

Políticas públicas e planos setoriais para os idosos.

Política Nacional do Idoso, estabelecida em 1994 (Lei nº 8.842).

Política Nacional de Prevenção a Morbimortalidade por Acidentes e Violência (2001).

Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2004).

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006).

II Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (2007).

Entre os anos de 2006 e 2011, foram realizadas, no Brasil, três Conferências Nacionais de Direitos da Pessoa Idosa. No âmbito federal, em virtude da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, foi criada a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, composta por toda a estrutura de atendimento médico, social, jurídico e de assistência social que trabalha com a terceira idade. Entre os programas que compõem a rede estão: Programa Bolsa Família, Programa Brasil sem Miséria, Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

É importante que os trabalhadores da assistência social conheçam e se apropriem do processo de envelhecimento, uma vez que ele terá impacto na dinâmica do trabalho realizado. Além dos dados, é importante assegurar a vivência de uma velhice singular, que pode ser influenciada pelo lugar atribuído à pessoa idosa na sociedade brasileira. Um primeiro aspecto em relação a essa questão é que não há um “tipo” único de pessoa idosa. Diferenças sociais, culturais, genéticas, econômicas e territoriais dão o contorno dessa singularidade (BRASIL, 2012).

A sociedade moderna tem o mundo do trabalho como o cerne de sua organização e funcionamento. Por essa razão, a velhice é associada a uma fase de não trabalho, de aposentadoria e, costumeiramente, é vista como não produtiva e ociosa. Essa visão social sobre a pessoa idosa acentua as perdas físicas vivenciadas pelo corpo que envelhece, intensificando a ideia de declínio e de proximidade com o fim da vida.

Com base nessa exposição, vemos que o SCFV voltado aos idosos possui diversas questões que precisam ser levadas em conta para a realização do trabalho, tais como: aumento da população idosa, feminilização da velhice, empobrecimento de grande parte dessa população, limitações físicas, entre outras questões que são acentuadas pelo território no qual o indivíduo idoso reside. Assim, o percurso a ser trabalhado pelo SCFV deve levar em conta os fatores que envolvem tais questões e o território.

A *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* estabelece que o SCFV deve ser organizado em percursos de forma planejada para garantir aquisições progressivas às pessoas idosas:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território (BRASIL, 2009b, p. 9).

Os percursos do SCFV para Idosos são baseados em três eixos estruturantes:

- 1) Convivência Social e Intergeracionalidade.
- 2) Envelhecimento Ativo e Saudável.
- 3) Autonomia e Protagonismo.

Para cada um desses eixos, o percurso deve compreender a realização de encontros regulares, atividades de convívio e oficinas. O percurso é compreendido como o encadeamento das atividades e não as atividades em si. Seu planejamento deve ser construído tendo como um dos focos a necessidade de irradiar, ir além do espaço físico do SCFV, multiplicando a experiência para outros atores a fim de fortalecer a rede em diálogo com o território.

No que diz respeito ao primeiro eixo, Convivência Social e Intergeracionalidade, é importante que o percurso promova o processo de escuta e diálogo entre diferentes gerações, trabalhando a troca de experiências e saberes intergeracionais. As atividades a serem realizadas dentro dos percursos devem proporcionar o estímulo de experiências entre as gerações fora do contexto familiar para idosos, crianças e adolescentes.

Já com relação ao segundo eixo, Envelhecimento Ativo e Saudável, o percurso deve envolver atividades que respeitem e dialoguem com as particularidades de cada um dos idosos participantes. O envelhecimento ativo não deve ser entendido apenas como a prática de exercícios físicos, mas de atividades que exercitem a capacidade funcional dos participantes.

O último eixo proposto, Autonomia e Protagonismo, deve envolver ações, atividades e discussões que despertem e fortaleçam a participação do idoso em sua comunidade. Nesse eixo, assim como nos demais, é importante que as atividades integrem a temática dos direitos humanos de forma transversal ao percurso, para que sejam vivenciadas e apropriadas pelos idosos.

Por fim, é importante destacar que o percurso é a construção coletiva da equipe, incluindo o técnico de referência do CRAS, o orientador social, o facilitador de oficinas e os idosos e os demais participantes do SCFV. Essa participação não deve ser pontual, muito menos realizada na forma de uma simples consulta. Para que seja efetiva, é necessário que os participantes se apropriem do que significa o percurso e qual o seu objetivo. É preciso compartilhar informações e planejar coletivamente o caminho a ser percorrido.

O planejamento do percurso é proposto em ciclos. Estes organizam-se em cinco etapas, admitindo variações de acordo com a caminhada do grupo. O idoso poderá fazer novos ciclos quantas vezes quiser, mas o processo deve ter totalizações regulares.

As ideias de atividades surgiram no processo de formação vivenciado no ano de 2015. Para serem executadas, elas precisam estar asseguradas no planejamento do SCFV e serem detalhadas de acordo com os objetivos.



# Eixo Convivência Social e Intergeracionalidade

## Percurso

### Primeiro passo

**Lembrete:** O primeiro passo não deve durar apenas um encontro. Por mobilizar emoções, memórias e histórias de vida, é preciso pensá-lo nesse tempo.

#### Primeiro passo

Grupo de idosos leva um conjunto de fotografias antigas, suas ou de seus familiares. Promover a reflexão das diferentes fases da vida, com o objetivo de dialogar com o passado, presente e projeto de futuro.

### Segundo passo

**Lembrete:** A construção das histórias de vida pode ser realizada por meio de diferentes linguagens e gêneros. Por exemplo: cordel, narrativa, acróstico etc.

**Segundo passo**  
Nas oficinas - As fotografias promovem a construção das histórias de vida.

### Terceiro passo

**Lembrete:** Assegurar a interação entre o grupo com as histórias de cada um.

**Terceiro passo**  
Socialização das histórias do grupo.

## Quarto passo

**Lembrete:** Esse não é um encontro exclusivamente familiar. É importante lembrar que alguns idosos não têm netos, por exemplo. É possível trabalhar em parceria com o SCFV Crianças e Adolescentes

**Encontro intergeracional**  
Crianças e Adolescentes participam da exposição das fotografias e histórias de vida. São realizadas rodas de conversa entre os grupos. O que temos de semelhante? O que temos de diferença?

## Processual

**Lembrete:** A sistematização pode ser feita por meio de fotos e relatos. É importante avaliar o processo. Essa avaliação também servirá para o próximo planejamento do percurso.

Em relação à duração, o SCFV pode ser organizado da seguinte maneira:

1. Duração regular de 12 meses, com atividades distribuídas em cinco percursos temáticos.
2. Cada percurso terá duração aproximada de dois meses.
3. Os 12 meses compreendem o período preparatório de planejamento das atividades e organização do serviço.

Esse planejamento pode ser alterado de acordo com as características do grupo, de forma consensual com a equipe, os técnicos de referência e os usuários.

### 3.6 Sistematização e avaliação processual e dialógica

Para realizar a sistematização da experiência vivida, é importante contar com um registro claro das ações desenvolvidas. Os instrumentos de registro devem permitir a recuperação dos acontecimentos, fatos e contexto contemplando as especificidades das ações e dos sujeitos que dela participam, de modo que as informações traduzam as experiências vividas. Diários de campo, atas, memórias de oficinas, fotografias, gravações e depoimentos são os principais instrumentos utilizados.

A sistematização refere-se a uma interpretação crítica, resultado do esforço de compreensão do sentido das experiências. Produz um novo conhecimento, ao conceituar a experiência vivida. Tal interpretação crítica só é possível quando tomamos distância da experiência e a ordenamos, reconstruindo o processo vivido por meio do registro, momento que precede a sistematização.

O registro e a sistematização dos acontecimentos possibilitam que os sujeitos que viveram as experiências, e aqueles que gradativamente se envolveram no processo, possam entender a lógica das relações, as contradições e o contexto em que a experiência se deu, constituindo processos formadores e mobilizadores. Acompanhados da avaliação dialógica, possibilitam a reflexão, a compreensão da experiência vivida, a socialização do conhecimento e a identificação da construção coletiva de novos caminhos.

A avaliação dialógica é um processo permanente de construção do conhecimento de forma coletiva em que se evidenciam os desafios e as possibilidades de mudanças. Motiva a participação dos envolvidos, valoriza a experiência de vida de cada um e contribui para uma percepção crítica da realidade.

A experiência de registro e sistematização desencadeada em Franca pode ser considerada inovadora por dois aspectos:

a) Os profissionais das unidades estatais e da rede socioassistencial foram desafiados a registrar suas práticas mediante problematizações formuladas com base nos eixos que estruturam a política de assistência social. Cada unidade estatal e SCFV assegurou na rotina semanal um momento para estudos e reflexão sobre a prática e, tendo como referências as sistematizações dos debates, formulou contribuições para esta publicação.

b) A sistematização provocou um redimensionamento na atuação cotidiana identificada nos encontros presenciais mensais, principalmente quando as posições revelavam apreensão de novos conceitos e mudanças nas práticas.

Evidentemente que esse movimento dialético requer tempo e reflexão sobre o exercício profissional diário. É possível avançar na política de assistência social à medida que se consegue conectar cada vez mais gestão, controle social, execução, monitoramento, vigilância social e avaliação dos processos em andamento.

O que conhecer, como conhecer, para que conhecer, a favor de que e de quem conhecer – e, por conseguinte, contra o que e contra quem conhecer – são questões teórico-práticas e não intelectualistas que a educação nos expõe enquanto ato de conhecimento [...], não há, por isso mesmo, especialistas neutros, proprietários de técnicas também neutras [...] não há metodologistas neutros (FREIRE, 1978, p. 12).

Desse modo, compreendemos que a concepção adotada pela política social é o fio condutor das ações a serem desenvolvidas na assistência social. O aprendizado político foi imenso, mas podemos afirmar que a construção coletiva ensina um caminhar diferente a todos.

## Desafios e próximos passos para a Ação Social de Franca

Com base nesse processo, podemos avaliar o quanto saiu fortalecida a política de assistência social pela elaboração dessa sistematização mediante esforço coletivo dos trabalhadores. A Educação Popular/Leitura do Mundo de cada território precisa ser a diretriz da gestão para subsidiar novos fazeres e novas aprendizagens da atuação com a comunidade. Dessa maneira, mesmo parcial, o processo aponta alguns desafios para os próximos passos em Franca, que devem ser enfrentados por cada sujeito envolvido.

### **Gestão, monitoramento e avaliação:**

- Regulamentação do SUAS no município.
- Acesso a novas mídias, no intuito de ampliar o repertório de pesquisa e de recursos dentro do horário de trabalho.
  - Formação continuada para os trabalhadores do SUAS.
  - Implementação de processos avaliativos com os usuários para construção e sistematização de dados que possibilitem mensurar a efetividade do trabalho realizado.
  - Articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais.
  - Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.
- Composição das equipes de referência das unidades estatais.
- Implantação de novas unidades de CRAS.
- Readequação e manutenção de espaços físicos das unidades estatais.
- Aquisição e manutenção de equipamentos.

**Controle social:**

- Assegurar a participação dos usuários nos mecanismos de controle da assistência social.
- Promover o acesso aos direitos já estabelecidos, fortalecendo o usuário para o protagonismo e a participação cidadã.
- Ampliar a participação dos usuários na gestão territorial.

**Gestão territorial:**

- Intensificar a gestão democrática no território com participação de todos os sujeitos do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS).
- Recorrer à Busca Ativa de forma constante e contínua.

**Trabalhadores do SUAS:**

- Reordenar a prática cotidiana para desenvolver ações que visem à proteção e à garantia de direitos, buscando, assim, o protagonismo e a autonomia do usuário, bem como a emancipação humana.
- Conhecer e utilizar o Mapa de Oportunidades.
- Utilizar o Prontuário SUAS.
- Atuar em equipe interdisciplinar.
- Planejar ações coletivas que incidam educativamente nos territórios.
- Criar espaços de participação efetiva do usuário nos territórios com unidades do CRAS, CREAS, Centro Pop e SCFV.

# Referências

## Livros, artigos, teses e demais trabalhos acadêmicos

ANTUNES, A. *Leitura do Mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. 286f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Leitura do Mundo e Festa da Escola Cidadã: concepções e princípios metodológicos*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

ARRETCHE, M. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 11, n. 31. São Paulo, jun. 1996.

BORDENAVE, J. D. *O que é participação?* 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

BRANDÃO, *O que é Educação Popular?* São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 318).

CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPOS, E. B. “Usuários da assistência social: entre a tutela e o protagonismo”. In: PAULA, R. F. S.; PAZ, R. D. O & STUCHI, C. G. (org.). *Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos*. São Paulo: Veras, 2012.

CARVALHO, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez/PUC, 1995.

CFESS. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de assistência social*. Brasília: CFESS, 2011 (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

COUTO, B. R. “Questão social, políticas públicas e direitos sociais: elementos essenciais no debate da assistência social. In: *Encontro Estadual de Conselheiros e Gestores para Qualificação e Aprimoramento da Gestão e Controle da Política de Assistência Social: Sensibilização sobre a Importância do CRAS*, Curitiba, jun. 2006.

DOWBOR, M. *Sujeitos da assistência social: Estado, entidades assistenciais, assistentes e usuários na trajetória da assistência social entre 1974 e 2005*. [S.l.]: s.d. (mimeo).

- FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1991 (Coleção Educar, vol. 13).
- \_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. Campinas: Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Educação: o sonho possível”. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. & NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em Educação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GADOTTI, M. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008 (UniFreire, 2).
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. “A instrumentalidade no trabalho do assistente social”. *CFESS-ABEPSS*, Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A instrumentalidade do serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- GOLDMAN, S. N. “Aspectos sociais e políticos do envelhecimento”. *SBBG-RJ*, vol. 1, 2003.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- IAMAMOTO, M. V. “A questão social no capitalismo”. *Temporalis: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, ano. 2, n. 3. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O serviço social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- \_\_\_\_\_. & CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

- IBGE. Censo Demográfico, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2013.
- IPF. *Caderno de Formação: Formação Continuada para trabalhadores(as) do órgão gestor, unidades estatais e da rede socioassistencial do município de Franca – Grupo PAIF e PAEFI*. São Paulo, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de Formação: orientações para a elaboração dos planos das unidades socioassistenciais de Franca*. São Paulo, 2015b.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JARA, O. *Para sistematizar experiências*. San José (Costa Rica): Alforja, 2006.
- KOGA, D. *A dimensão territorial no processo de construção do conhecimento e da realidade social nas áreas mais vulneráveis da metrópole*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, 2008.
- \_\_\_\_\_. & ALVES, V. A. “A interlocução do território na agenda das políticas sociais”. *Revista Serviço Social & Saúde*, vol. IX, n. 9, Campinas, jul. 2010.
- MELLO, T. *Faz escuro mas eu canto*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MELO NETO, J. C. “Tecendo a Manhã”. In: \_\_\_\_\_. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 7-47.
- MÉSZAROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MIOTO, R. C. T. & NOGUEIRA, V. M. R. “Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional”. *Revista Katálisis*, vol. 16, n. esp., Florianópolis, 2013.
- OLIVEIRA, A. C. *Educação Popular: prática plural*. Rio de Janeiro: Nova e Rede Mulher Editores, 2000.
- PADILHA, P. R. *Educar em todos os cantos*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007.
- \_\_\_\_\_; CECCON, S. & RAMALHO, P. *Município que educa: múltiplos olhares*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- \_\_\_\_\_; FAVARÃO, M.; MORRIS, E. & MARINE, L. *Educação para a cidadania planetária: currículo intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PAIVA, B.; CARRARO, D. & ROCHA, M. “Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito”. *Revista Katálisis*, vol. 13, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2010.
- PAULA, R. F. S. (org.). *Gestão pública e o Sistema Único de assistência social (SUAS): desenvolvimento e questão social*. São Paulo: Livrus, 2014a (vol. I).
- \_\_\_\_\_. *Gestão pública e o Sistema Único de assistência social (SUAS): desenvolvimento e questão social*. São Paulo: Livrus, 2014b (vol. II).

PINI, F. R. O. "A construção das relações socioafetivas na família". In: IPF. *Caderno de Formação: Formação Continuada para trabalhadores(as) do órgão gestor, unidades estatais e da rede socioassistencial do município de Franca – Grupo PAIF e PAEFI*. São Paulo, 2015, p. 107.

\_\_\_\_\_. & MORAES, C. V. (org.). *Educação, participação política e direitos humanos*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

\_\_\_\_\_; LIU, E. P. & GÓES, W. *Educação Popular*. São Paulo: Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011 (Caderno MOVA-Brasil, vol. 3).

PEREIRA, K. Y. L. & TEIXEIRA, S. M. "Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social". *Textos & Contextos*, vol. 12, n. 1, Porto Alegre, jan./jun. 2013.

PETROVIC, G. "Práxis". In: BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1983].

ROMÃO, J. E. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998 (Guia da Escola Cidadã; vol. 2).

SANTOS, M. "O papel ativo da geografia: um manifesto". In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. "O território e o dinheiro". In: \_\_\_\_\_. *Território, territórios*. Niterói: PPGEO/AGB, 2002.

\_\_\_\_\_. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, M. O. S.; YAZEK, M. C. & GIOVANNI, G. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. "Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social". *Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, n. 77, São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. "Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil". In: XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2008, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires, nov. 2008.

\_\_\_\_\_. "Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social". *Serviço Social & Sociedade*, n. 116, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282013000400005>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. S. & PAZ, R. D. O. (orgs.). *Assistência social e filantropia: cenários contemporâneos*. São Paulo: Veras, 2012 (Coleção Coletâneas).

TEIXEIRA, S. M. "Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matri-

cialidade sociofamiliar”. *Revista Políticas Públicas*, vol. 13, n. 2, São Luis, jul./dez. 2009.

TORRES, A. *Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na assistência social*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.

VIEIRA, E. A. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, M. C. “Estados e políticas sociais”. *Revista Praia Vermelha*, vol. 18, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. “Sistemas de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais”. *Centro Português de Investigação em história e trabalho social*, jan. 2010.

## **Legislação**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990)*. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 17 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Lei Orgânica da Assistência Social (Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993)*. Brasília: Casa Civil, 1993. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS no145, de 15 de outubro de 2004)*. Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de assistência social (Resolução CNAS no 269, de 13 de dezembro de 2006)*. Brasília: MDS, 2006.

\_\_\_\_\_. *Metas Nacionais do Plano Decenal de assistência social (Resolução CNAS no 210, de 22 de novembro de 2007)*. Brasília: MDS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Brasília: Casa Civil, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS no109, de 11 de novembro de 2009)*. Brasília: MDS, 2009b.

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Brasília: MDS, 2009c.

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos*. [S.l.]: Departamento de Proteção Especial/SNAS/MDS, 2010.

\_\_\_\_\_. *Caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da assistência social (Resolução CNAS no 27, de 19 de novembro de 2011)*. Brasília: MDS, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua inte-*

*gração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos (Resolução CNAS no 34, de 28 de novembro de 2011). Brasília: MDS, 2011b.*

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília: MDS, 2011c.*

\_\_\_\_\_. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2011d.*

\_\_\_\_\_. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de assistência social (Resolução CNAS no 33, de 12 de dezembro de 2012). Brasília: MDS, 2012.*

\_\_\_\_\_. *Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito do Sistema Único da assistência social (SUAS), pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e dá outras providências (Resolução CNAS nº 1, de 21 de fevereiro de 2013). Brasília: MDS, 2013a.*

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da assistência social (Resolução CNAS no 4, de 13 de março de 2013). Brasília: MDS, 2013b.*

\_\_\_\_\_. *Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de assistência social (SUAS) para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) (Resolução CNAS no 18, de 15 de julho de 2013). Brasília, MDS, 2013c.*

\_\_\_\_\_. *Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de assistência social (SUAS), em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) (Resolução CNAS no 9, de 15 de abril de 2014). Brasília: MDS, 2014a.*

\_\_\_\_\_. *Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de assistência social (CNAS), a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Resolução CNAS no 13, de 13 de maio de 2014). Brasília: MDS, 2014b.*

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Brasília: Casa Civil, 2014c.*

\_\_\_\_\_. *Instrução Operacional e Manual de Orientações no 1, de 18 de dezembro de 2014. Brasília: MDS/MEC, 2014d.*

FRANCA. *Resolução Cmas no 03/2015: Dispõe sobre a inscrição de entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social de Franca (CMAS). Franca: Cmas, 2015.*

# Anexos



# Anexo 1 – Proteção Social Básica

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
		SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos	SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 17 anos
		Número de Instituições: 7		Número de Instituições: 6	Número de Instituições: 7
Ações socioeducativas em período contrário ao escolar de 7 a 14 anos	SCFV para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos				
		Meta atendimentos: 818		Meta atendimentos: 748	Meta atendimentos: 1.118
Número de Instituições: 8	Número de Instituições: 7				
			Número de Instituições: 6		
Meta atendimentos: 700	Meta atendimentos: 768				
			Meta atendimentos: 748		
			SCFV para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	SCFV para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	
			Número de Instituições: 4	Número de Instituições: 4	
			Meta atendimentos: 167	Meta atendimentos: 167	
	SCFV para Idosos	SCFV para Idosos	SCFV para Idosos	SCFV para Idosos	SCFV para Idosos
CCI	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 5	Número de Instituições: 5	Número de Instituições: 5
Número de Instituições: 1	Meta atendimentos: 150	Meta atendimentos: 200	Meta atendimentos: 750	Meta atendimentos: 730	Meta atendimentos: 730
Meta atendimentos: 100					
			Implantação a partir de 2015	Serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias
			Serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias		
				Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1
			Número de Instituições: 1		
				Meta atendimentos: 50	Meta atendimentos: 50
			Meta atendimentos: 50		

# Anexo 2 – Proteção Social Básica

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
Atendimento a gestantes	Atendimento a gestantes	Atendimento a gestantes	Atendimento a gestantes	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 4	Número de Instituições: 4	Número de Instituições: 3			
			Número de Instituições: 3		
Meta atendimentos: 360	Meta atendimentos: 360	Meta atendimentos: 260	Meta atendimentos: 140		
Atendimento a familiares de dependentes químicos	Atendimento a familiares de dependentes químicos	Atendimento a familiares de dependentes químicos	Atendimento a familiares de dependentes químicos	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
			Número de instituições: 1		
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Meta atendimentos: 1.754		
Cursos profissionalizantes	Cursos profissionalizantes	Cursos profissionalizantes			
			A partir de 2013, a entidade iniciou a execução do SCFV para Adolescentes de 15 a 17 anos		
Número de Instituições: 2	Número de Instituições: 2	Número de Instituições: 2			
Assistência material às famílias	Assistência material às famílias	Assistência material às famílias	Assistência material às famílias - alterado para Artesanato	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1		
Construção de moradas populares	Construção de moradas populares	Construção de moradas populares	Construção de moradas populares	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1		
			Meta atendimentos: 340		
Distribuição de medicamentos	Distribuição de medicamentos	Distribuição de medicamentos	Distribuição de medicamentos	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Saúde
			Número de Instituições: 1		
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Meta atendimentos: 500		
Prevenção de suicídios	Prevenção de suicídios	Prevenção de suicídios	Prevenção de suicídios		
			Número de Instituições: 1	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Meta atendimentos: 270		

# Anexo 3 – Proteção Social Básica

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
Atendimento à pessoa com deficiência física	Atendimento à pessoa com deficiência física	Atendimento à pessoa com deficiência física	A partir de 2013, a entidade iniciou execução do Serviço de PSB no domicílio para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias		
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Apoio e atendimento ao alcoólatra	Apoio e atendimento ao alcoólatra	Apoio e atendimento ao alcoólatra	Apoio e atendimento ao alcoólatra	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1		
			Meta atendimentos: 180		
Atendimento à pessoa com fissura labial	Atendimento à pessoa com fissura labial	Atendimento à pessoa com fissura labial	Atendimento à pessoa com fissura labial	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1		
			Meta atendimentos: 30		
Atendimento a gestantes, crianças e adolescentes	Atendimento a gestantes, crianças e adolescentes	Atendimento a gestantes, crianças e adolescentes	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Atendimento a gestantes, famílias e adolescentes	Atendimento a gestantes, famílias e adolescentes	Atendimento a gestantes, famílias e adolescentes	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Atendimento a idosos	Atendimento a idosos		Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Saúde
		Atendimento a idosos			
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1				
Meta atendimentos: 50	Meta atendimentos: 50	Número de Instituições: 1			

# Anexo 4 – Proteção Social Básica

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
Protagonismo juvenil	Protagonismo juvenil	Executou o Programa Projovem com recursos exclusivos da União	A partir de 2013, a entidade iniciou a execução do SCFV para Adolescentes de 15 a 17 anos		
Integrava a PSE - alta complexidade	Integrava a PSE - alta complexidade	Comunidade terapêutica	Comunidade terapêutica	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
		Número de Instituições: 3	Número de Instituições: 3		
		Apoio psicológico	Apoio psicológico	Integraram a Rede de Apoio	Integraram a Rede de Apoio
		Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1		

# Anexo 5 – Proteção Social Especial (média complexidade)

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
Atendimento a portadores de deficiências mentais e famílias	Atendimento a portadores de deficiências mentais e famílias	Atendimento a portadores de deficiências mentais e famílias	Serviço para pessoas com deficiências, idosos e suas famílias em unidade referenciada	Serviço de PSE para pessoa com deficiência	Serviço de PSE para pessoa com deficiência
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 3	Número de Instituições: 3	Número de Instituições: 3
Meta atendimentos: 854	Meta atendimentos: 854	Meta atendimentos: 854	Meta atendimentos: 1.015	Meta atendimentos: 1.015	Meta atendimentos: 681
Atendimento a pessoas com paralisia cerebral	Atendimento a pessoas com paralisia cerebral	Atendimento a pessoas com paralisia cerebral			
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Meta atendimentos: 104	Meta atendimentos: 104	Meta atendimentos: 104			
Atendimento a deficientes visuais	Atendimento a deficientes visuais	Atendimento a deficientes visuais			
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Meta atendimentos: 57	Meta atendimentos: 57	Meta atendimentos: 57			
Serviço de Habilitação e Reabilitação no município	Serviço de Habilitação e Reabilitação no município	Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Serviço para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias no domicílio	Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias
					Número de Instituições: 2
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Meta atendimentos: 100
Meta atendimentos: 15	Meta atendimentos: 15	Meta atendimentos: 15	Meta atendimentos: 70	Meta atendimentos: 70	
				Serviço de PSE média complexidade para idosos em Centro Dia	Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias em Centro Dia
				Número de Instituições: 1	
				Meta atendimentos: 20	
					Número de Instituições: 1
					Meta atendimentos: 15

# Anexo 6 – Proteção Social Especial (média complexidade)

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
				Serviço Especializado de Atendimento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - LA e PSC	Serviço Especializado de Atendimento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - LA e PSC: 1 unidade para adolescentes (60 LA e 10 PSC)
				Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1
				Meta atendimentos: 70	Meta atendimentos: 70

# Anexo 7 – Proteção Social Especial (alta complexidade)

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções						
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)	
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços	
Atendimento a idosos em regime residencial	Atendimento institucional para idosos	Serviço de acolhimento institucional para idosos		Serviço de acolhimento institucional para idosos	Serviço de acolhimento institucional para idosos ILPI	
			Serviço de acolhimento institucional para idosos			
Número de Instituições: 5	Número de Instituições: 5	Número de Instituições: 5		Número de Instituições: 5	Número de Instituições: 5	
Meta atendimentos: 197	Meta atendimentos: 198	Meta atendimentos: 198	Número de Instituições: 6		Meta atendimentos: 228	
Atendimento a idosos convalidescentes em regime residencial	Artigo institucional para convalidescentes	Serviço de acolhimento institucional para convalidescentes		Meta atendimentos: 228	Serviço de acolhimento institucional para idosos piso 22 dias	
			Meta atendimentos: 228			
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 2			Número de Instituições: 1	
Meta atendimentos: 30	Meta atendimentos: 30				Meta atendimentos: 30	
Atendimento a crianças convalidescentes em regime residencial	Artigo institucional para crianças	Meta atendimentos: 52	Serviço de acolhimento provisório institucional para crianças convalidescentes	Integrou a Rede de apoio	Integrou a Rede de saúde	
			Número de Instituições: 1			Número de Instituições: 1
			Meta atendimentos: 22			Meta atendimentos: 22
Atendimento a toxicômanos (masculino) em regime residencial	Atendimento a toxicômanos (masculino) em regime residencial	Integraram a PSB - Projetos				
Número de Instituições: 2	Número de Instituições: 2				Integraram a rede de saúde	
Meta atendimentos: 85	Meta atendimentos: 85		Integraram a PSB - Projetos			
Atendimento a toxicômanos (feminino) em regime residencial	Atendimento a toxicômanos (feminino) em regime residencial			Integraram a rede de apoio		
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1					
Meta atendimentos: 30	Meta atendimentos: 30					
Profissionalização do encarcerado	Profissionalização do encarcerado	Profissionalização do encarcerado	Encerramento das atividades			
		Número de Instituições: 1				
		Número de Instituições: 1				
Meta atendimentos: 14	Meta atendimentos: 14	Meta atendimentos: 14				

# Anexo 8 – Proteção Social Especial (alta complexidade)

Quadro do processo de reordenamento dos serviços cofinanciados de acordo com as leis de subvenções					
2010 (Lei nº 7349/2009)	2011 (Lei nº 7.495/2010)	2012 (Lei nº 7.623/2011)	2013 (Lei nº 7.770/2012)	2014 (Leis nº 7.978/2013 e nº 7.979/2013)	2015 (Leis nº 8.209/2014 e nº 8.210/2014)
Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Atividade/Projeto	Serviços	Serviços	Serviços
República para idosos	República para idosos	Serviço de acolhimento em república			
			Integrou a Rede de apoio	Integrou a Rede de apoio	Integrou a Rede de apoio
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1			
Meta atendimentos: 12	Meta atendimentos: 12	Meta atendimentos: 12			
			Meta atendimentos: 228		
Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 2			
				Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias - Abrigo	Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias - Abrigo
				Número de Instituições: 1	Número de Instituições: 1
				Meta atendimentos: 1830	Meta atendimentos: 2.400

